

1. INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma análise sobre a importância de compreender o Serviço Social enquanto trabalho, tendo como objetivo geral compreender as competências profissionais numa instituição hospitalar de natureza privada, a partir dos desafios postos para a materialização do Projeto Ético-Político profissional.

O interesse pelo tema em questão surge da vivência de estágio supervisionado curricular obrigatório I, II e III, no espaço sócio-ocupacional da saúde hospitalar cuja Instituição é de natureza privada. Naquela ocasião, foi possível uma aproximação do exercício profissional e uma observação participante a partir das inquietações vivenciadas pelas assistentes sociais frente aos desafios postos dentro de uma unidade de saúde ¹ com interesses mercantis.

As observações realizadas no estágio supervisionado resultaram em registro no diário de campo, a partir do qual foi possível a construção de reflexões que contribuíram para o presente trabalho. O tema ora em análise é relevante, pois a “área da saúde é o campo que agrega o maior número de assistentes sociais cujas instituições sofrem frequentes ataques da razão neoliberal” (DARDOT, LAVAL, 2016), que reposicionam desafios constantes para o cotidiano profissional. Nesse sentido, a oportunidade de experiência numa unidade hospitalar amplia os horizontes e efetiva o aprendizado acerca da indissociação entre teoria e prática, especialmente, no universo do exercício profissional.

Quando inserida em uma instituição de saúde privada, atuando diretamente numa prestação de serviço indispensável, baseando-se no código de ética da Assistente Social², quais as competências que a profissional deve desenvolver diante dos usuários do seu serviço? Dentro da contradição do sistema capitalista, sendo a assistente social também trabalhadora que precisa vender sua força de trabalho, como a profissional desenvolve suas atividades de modo a contribuir com o atendimento dos direitos dos usuários diante dos limites impostos pelas relações de poder da Instituição?

A condição de assalariamento das assistentes sociais apresenta determinações trabalhistas e institucionais que repercutem no desenvolvimento do trabalho profissional, criando tensões, conflitos e desafios à consolidação do projeto ético-político. Diante desse cenário de tensão, as assistentes sociais que não pautam suas competências num projeto profissional, subsidiado pelo viés ético-político do Serviço Social, podem restringir a sua

¹ A unidade de saúde refere-se a um Hospital Filantrópico de grande porte no município de Salvador-BA.

² Aqui utilizaremos o gênero feminino por entender que a profissão é majoritariamente feminina, como é o caso das profissionais presentes no campo de estágio da estudante.

dimensão interventiva à uma perspectiva burocrática e praticista, elevando o projeto institucional em detrimento do profissional.

No segundo capítulo deste trabalho, haverá uma discussão acerca da sociedade do trabalho e seus sentidos, tendo como principal referência as contribuições de Ricardo Antunes (2011), compreendendo que o Serviço Social se insere nessa realidade frente ao sistema capitalista vigente. No item 2.1. será analisada “a precarização social do trabalho”, tema discutido por Graça Druck, a fim de compreender como as consequências do contexto capitalista está inserido no mundo do trabalho, em seu caráter essencialmente destrutivo.

No terceiro capítulo, inicialmente, têm-se as concepções de Sérgio Lessa e Marilda Iamamoto sobre a concepção do Serviço Social como trabalho, explanando as contraposições existentes entre os pensamentos desses autores. Através desse debate, haverá uma reflexão sobre a importância de entender o Serviço Social como trabalho baseando-se nas justificativas discutidas por Marilda Iamamoto.

Logo seguirá o percurso metodológico no qual dicorrer-se-á quais foram os caminhos seguidos para a realização deste trabalho. Considerou-se relevante no item posterior trazer algumas notas sobre a política de saúde, pelo fato de ser a área do espaço sócio-ocupacional analisado, mas não é propósito deste trabalho o aprofundamento acerca dessa política. Ao invés disso, procuramos construir uma discussão sobre o trabalho profissional do Serviço Social na perspectiva da consolidação do Projeto Ético-Político, ao passo que analisamos os limites e possibilidades impostos no cotidiano profissional para tal efetivação, para tanto, haverá também uma problematização sobre a relativa autonomia disposta às assistentes sociais no exercício profissional.

O último capítulo consiste na apresentação das conclusões gerais deste trabalho. Nesse sentido, finalizaremos o trabalho, mas não a discussão, pois esta é ainda mais ampla, não bastando as folhas aqui destinadas para cessar o assunto sobre o trabalho profissional, ao contrário, a conjuntura atual vem mudando de modo tão repentino e severo que não caberia aqui pôr um ponto final. Portanto, as considerações finais serão relatadas a partir das impressões oferecidas pelo referencial teórico utilizado ao longo desta monografia.

2. QUAIS OS SENTIDOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE DO CAPITAL FLEXÍVEL?

A análise que segue tem a finalidade de construir uma reflexão crítica sobre o cenário no qual se insere a profissão e os sentidos da sociedade do trabalho que abrangem os dilemas do trabalho profissional do Serviço Social. Dessa forma será possível compreender a complexidade e os desafios impostos pelo capital flexível que repercutem no exercício profissional. Por isso desenvolve-se neste capítulo uma discussão sobre a centralidade do trabalho, buscando avançar no debate sobre os desafios da precarização social do trabalho, situando-o nas suas diversas dimensões.

2.1. O DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

No seu cotidiano, a assistente social trabalha com as mais diversas expressões da questão social e busca viabilizar os direitos sociais aos usuários atendidos, para isso é necessário que a profissional esteja atenta às novas configurações da questão social, à medida que surgem novas exigências e mudanças significativas no cenário sociopolítico e econômico.

Nesse sentido, é importante não perder a percepção de que a assistente social dentro do vigente sistema capitalista faz parte da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho ao capitalista ou ao Estado neoliberal – ainda que esta não contribua diretamente para a produção do valor, colabora para a perpetuação da lógica do capital³. Como trabalhadoras, as assistentes sociais também sofrem as consequências das configurações do mundo do trabalho por integrar a classe trabalhadora e por prestar atendimento e intervir na garantia dos seus direitos sociais, concomitantemente.

Ao analisar suas funções, faz-se necessário também compreender as transformações societárias motivadas pelo capital flexível que repercutem nas relações de trabalho, por reconhecer as profundas alterações que estão acontecendo na forma de organização do mundo do trabalho, como é o caso das novas exigências do modo de produção do capital.

Antunes (2011) traz considerações importantes sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. Segundo ele, houve um avanço significativo na tecnologia nos anos 1980, com a inserção da automação, da robótica e da microeletrônica que invadiram o universo fabril. Diminui-se a classe operária industrial tradicional e amplia-se o trabalho assalariado, a partir da ampliação do setor de serviços, bem como há uma expansão do desemprego estrutural que atinge o mundo em escala global.

³ Sobre o assunto, ver Dardot e Laval (2016).

Essas diversas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. (ANTUNES, 2011, p. 49 apud BIHR, 1991)

Com a expansão dos trabalhos temporários, parciais, subcontratados, precários e outras tantas novas formas que compõem o que Antunes (2011) intitula de “subproletarização” do trabalho, têm-se a desqualificação na forma de ser do trabalhador.

Sobre esses impactos, José Paulo Netto e Marcelo Braz consideram que tais

[...] fenômenos (a redução da demanda de trabalhadores para a produção de bens materiais e o desemprego crescente) são perfeitamente compreensíveis quando se considera a dinâmica essencial da sociedade capitalista e, devidamente analisados, não autorizam a desconsideração da centralidade do trabalho. (NETTO; BRAZ, 2011, p.60)

Antunes (2011) considera a inserção das mulheres no mundo do trabalho, não só no setor têxtil, onde já era expressiva a presença feminina, mas também nos novos ramos, como por exemplo, na indústria microeletrônica. Esse fator contribuiu para a exploração da força de trabalho feminino em ocupações temporárias.

A classe que vive do trabalho é tanto masculina quanto feminina. É portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexificada. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/ mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação do gênero mulher. (ANTUNES, 2011, p. 51)

Segundo Iamamoto (2003), essa relação vivenciada na atualidade tem a ver com

[...] o significativo aumento do contingente de mulheres, jovens e crianças que passaram a integrar a população economicamente ativa. Constatou-se, ainda, a convivência de formas de trabalho assalariado com o trabalho autônomo, doméstico, clandestino e as múltiplas expressões de precarização dos vínculos e relações de trabalho, com amplo comprometimento das conquistas e direitos trabalhistas, assim como das tradicionais estratégias de organização e luta sindical. (IAMAMOTO, 2003, p.87)

As “metamorfozes no mundo do trabalho” dizem respeito ao conjunto de transformações societárias, à lógica capitalista de acumulação, surgindo a necessidade de novas formas de cooperação, objetivando maior acumulação. Muitos serviços sofreram um acelerado processo de diversificação e ampliação, como é o caso do intenso processo de assalariamento dos setores médios, devido à expansão do setor de serviços (ANTUNES, 2011).

Os avanços tecnológicos contribuem para a aceleração das produções, e o não investimento em trabalho digno garante a capacidade das empresas de um maior quadro de trabalhadores. Dessa forma, o trabalhador é explorado pelo capital, ao passo que vende sua força de trabalho para produções imediatas. Em seu livro “O mito do progresso”, Gilberto Dupas afirma:

A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo do progresso trazido pela globalização. Mas esse progresso, discurso dominante das elites globais traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais. (DUPAS, 2006, p. 73)

Ao discorrer sobre as metamorfoses no mundo do trabalho, Antunes (2011) dialoga com outros autores, ao passo que pontua fatos ocorridos no mundo do trabalho, embasando sua idéia acerca de não existir uma perda da centralidade do trabalho.

O caso da fábrica automatizada japonesa Fujitsu Fanuc, um dos exemplos de avanço tecnológico, é elucidativo. Mais de quatrocentos robôs fabricam, durante as 24 horas do dia, outros robôs. Os operários, quase quatrocentos, trabalham durante o dia. Com métodos tradicionais seriam necessários cerca de 4 mil operários para se obter a mesma produção. Em média, a cada mês, oito robôs são quebrados, e a tarefa dos operários consiste basicamente em prevenir e reparar aqueles que foram danificados, o que traz um volume de trabalho descontínuo e imprevisível. Existem ainda 1.700 pessoas nos trabalhos de pesquisa, administração e comercialização da empresa. (ANTUNES, 2011, p. 55-56 apud GORZ, 1990, p. 28)

Nesse caso não há a eliminação do trabalho, mas sim uma nova função na rotina de trabalho, de modo que o trabalhador passa a ser regulador, não estando diretamente inserido no desenvolvimento do produto, mas conforme elucidado Antunes (2011), contribuindo para o “processo de intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora” com a função de supervisão, programação e manutenção das máquinas.

A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante – ou, em outras palavras, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto – oferece, como tendência, nas unidades produtivas mais avançadas a possibilidade de o trabalhador aproximar-se do que Marx (1972: 228) chamou de “supervisor e regulador do processo de produção”. Porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. (ANTUNES, 2011, p. 53)

O trabalho coletivo é reduzido parcialmente, mas não é extinto. O trabalho vivo e o trabalho morto estão presentes mesmo nos processos de trabalho mais avançados. Ainda que houvesse novas tecnologias implantadas, como os robôs da fábrica japonesa, havia trabalho, diante da necessidade de monitoramento das máquinas, tarefa essa realizada pelos trabalhadores (ANTUNES, 2011).

Há um avanço nas formas de produzir, objetivando maiores resultados, maiores lucros, uma “intelectualização do trabalho fabril”, mas a existência de máquinas, robôs e outras tecnologias não são suficientes, pois as mercadorias geradas no mundo do capital resultam da atividade seja manual e/ou intelectual que advém do trabalho humano em interação com os meios de produção (ANTUNES, 2011).

a redução do tempo físico de trabalho no processo produtivo, bem como a redução do trabalho manual e a ampliação do trabalho mais intelectualizado não negam a lei do valor, quando se considera a totalidade do trabalho, a capacidade de trabalho socialmente combinada, o trabalhador coletivo como expansão de múltiplas atividades combinadas. (ANTUNES, Ricardo, 2011, p. 80)

Na lógica do capital, a tecnologia envolvendo robôs não é tão eficiente devido à limitação quanto à participação no mercado, visto que esses mecanismos não podem participar do assalariamento e do consumo, o que põe em risco a economia do capital (Antunes, 2011).

(...) enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não pode se concretizar a eliminação do trabalho como fonte criadora de valor, mas, isto sim, uma mudança no interior do processo de trabalho, que decorre do avanço científico e tecnológico e que se configura pelo peso crescente da dimensão mais qualificada do trabalho, pela intelectualização do trabalho social. (ANTUNES, 2011, p. 55)

Antunes (2011) segue a discussão refletindo sobre as oscilações que ocorrem no mundo do trabalho com a segmentação dos trabalhadores. Ao passo que em alguns ramos há a desqualificação do trabalho, em outros a diminuição do quadro, em outros há a requalificação, conforme o interesse do capital. Configura-se a “periferia da força de trabalho” a qual, segundo o autor, compreende dois subgrupos diferenciados:

O primeiro consiste em “empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado”. Esse subgrupo tende a se caracterizar por uma alta rotatividade no trabalho. O segundo grupo situado na periferia “oferece uma flexibilidade numérica ainda maior e inclui empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público, tendo ainda menos segurança de emprego do que o primeiro grupo periférico”. (ANTUNES, 2011, p. 58)

Segundo Antunes (2011), têm-se dois polos: um que qualifica o trabalho manual através da intelectualização e outro que desqualifica com as múltiplas formas de precarização do trabalho, tão facilmente encontradas no setor de serviços, seguindo a lógica destrutiva do capitalismo, sobre a qual se dedicou um subcapítulo posterior, no decurso deste trabalho.

Antunes (2011) esboça cinco teses sobre a centralidade do trabalho. A primeira tese mencionada pelo autor começa com a afirmação de que por tratar sobre a crise da sociedade do trabalho, é preciso compreender a teoria marxista a respeito da distinção entre trabalho concreto e abstrato. Por isso é importante considerar o pensamento marxiano:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 1971, p. 54 apud ANTUNES, Ricardo, 2011, p. 80)

De maneira teleológica, como atividade intrínseca ao ser humano, destacando a relação do homem com a natureza a fim de produzir coisas socialmente úteis e necessárias, está a concepção do trabalho enquanto dimensão qualitativa, o que Marx estabelece como “trabalho concreto”. O “trabalho abstrato” na perspectiva marxiana cumpre papel decisivo na criação de valores de troca (Antunes, 2011).

Conforme Antunes (2011), em termos marxianos, sendo a sociedade movida pela lógica do capital, pode-se entender a crise do trabalho abstrato na perspectiva da redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto. Nessa linha, há duas concepções distintas quanto à crise do trabalho no sentido abstrato: uma que nega que no trabalho há valores de trocas na criação de mercadorias e a outra que é crítica por visualizar o trabalho frente à sociedade capitalista como estranhado, fetichizado, o qual não confere autonomia ao trabalhador.

Essa última idéia apreende a essencialidade do capitalismo, reconhece o papel central da classe trabalhadora na criação de valores de troca, ao passo que recusa o culto do trabalho assalariado e a possibilidade de efetivação da autonomia do trabalhador em trajetórias possíveis de emancipação social. Antunes (2011) afirma que a atual sociabilidade amplia a lógica destrutiva do capitalismo e “a consequente vigência do trabalho estranhado”.

(...) Quer pela sua qualificação como sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista, quer pela vigência de uma lógica institucional tripartite, vivenciada pela ação pactuada entre o capital, os trabalhadores e o Estado, essa sociedade contemporânea, menos mercantil e mais contratualista, não mais seria regida centralmente pela lógica do capital, mas pela busca da alteridade dos sujeitos sociais, pela vigência de relações de civilidade fundadas na cidadania, pela expansão crescente de “zonas de não-mercadorias”, ou ainda pela disputa dos fundos públicos. (ANTUNES, 2011, p. 82)

Nas suas considerações, Antunes (2011) define que não há como dizer “adeus ao trabalho” quando o trabalho é analisado nas suas duas dimensões: abstrato e concreto. O autor ainda afirma que a superação da sociedade do trabalho abstrato

(...) requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do capital. Portanto, trata-se de uma crise da sociedade do trabalho abstrato cuja superação tem na classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, o seu polo central. E há como já indicamos anteriormente, outra consequência equívoca quando se desconsidera a dupla dimensão do ato laborativo: aquela que rechaça o papel do trabalho como protoforma da atividade humana emancipada. Nega-se o papel do trabalho concreto como momento primeiro de efetivação de uma individualidade omnilateral, condição sem a qual não se realiza a dimensão do gênero-para-si. (ANTUNES, 2011, p. 83)

Para Antunes (2011, p. 84), é necessária uma melhor organização societária da classe trabalhadora, as reivindicações não devem se restringir à luta pela redução da jornada de trabalho, por exemplo, mas sim objetivar uma articulação com um projeto global de sociedade e alternativo onde “a produção de valores de troca (...) não se constitua em elemento estruturante”, só assim haverá a eliminação do trabalho excedente.

Outra consideração importante abordada pelo autor é a concepção do “tempo livre”, ele descreve que o tempo fora do trabalho como liberdade é um equívoco, de modo a desconsiderar a dimensão ampla do capital, que está envolvida desde a produção até o consumo, ignorando a perspectiva do trabalho na criação de coisas necessariamente úteis.

Esta dimensão acaba desconsiderando a dimensão totalizante e abrangente do capital, que engloba desde a esfera de produção até o consumo (...) o tempo disponível controlado pelo trabalho e voltado para a produção de valores de uso – e tendo como consequência o resgate da dimensão concreta do trabalho e a dissolução da sua dimensão abstrata – poderá instaurar uma lógica societária radicalmente diferente da sociedade produtora de mercadorias. E será capaz de, uma vez mais, evidenciar o papel fundante do trabalho criativo – que suprime a distinção entre trabalho manual/ trabalho intelectual que fundamenta a divisão social do trabalho sob o capital – e por isso capaz de se constituir em protoforma de uma atividade humana emancipada. (ANTUNES, 2011, p. 85)

A segunda tese mencionada por Antunes (2011) é, segundo ele, um desdobramento da anterior aqui citada, na qual o autor considera importante retomar a discussão quanto ao trabalho nas suas duas dimensões: abstrato e concreto, reafirmando a importância de compreender o duplo caráter que a atividade envolve. A extinção do trabalho social não é possível, ainda que ocorra a eliminação do capitalismo, porque o trabalho concreto é da sociabilidade humana, uma vez que se produzem coisas úteis, capazes de transformar o próprio criador, inseparável da vida humana, ou como Antunes (2011, p. 86) intitula “protoforma” do ser social. Essa reiteração acerca dessa questão justifica-se, conforme Antunes (2011) na desconsideração dos críticos da sociedade do trabalho sobre essa dimensão, resultante de equívocos.

Daí é relevante a nota trazida por Antunes (2011), na qual ele dialoga com Gorz (1982):

Dessa limitação analítica não escapa André Gorz: “No sentido em que entendemos atualmente, o trabalho nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e os proletários”. Desse entendimento decorre que “‘Trabalho’ (que como se sabe, vem de tripalium, aparelho dotado de três estacas cujo acionamento torturava o operador) – hoje em dia se designa praticamente apenas uma atividade assalariada. Os termos ‘trabalho’ e ‘emprego’ tornaram-se equivalentes...” (ANTUNES, 2011, p. 98 apud GORZ, 1982, p. 9)

Antunes (2011) elucida justificativas para os equívocos cometidos na discussão sobre o fim do trabalho realizada por alguns autores. A lógica capitalista influencia determina e abrange o modo que o trabalho é encarado socialmente, o que leva a perder de vista as dimensões e as metamorfoses que englobam o mundo do trabalho.

Aqui transparece uma vez mais a fragilidade maior dos críticos da sociedade do trabalho: a desconsideração da dimensão essencial do trabalho concreto como fundamento (na medida em que se insere na esfera das necessidades) capaz de possibilitar a base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver. Em verdade, essa concepção fundamenta-se no reconhecimento e na aceitação de que o trabalho, regido pela lógica do capital e das mercadorias, é inevitável ou até mesmo ineliminável, do que resulta que o trabalho humano não pode converter-se numa verdadeira auto-atividade. (ANTUNES, 2011, p. 87)

Ao passo que Antunes (2011) avança na discussão sobre a centralidade do trabalho, é possível perceber a constante reafirmação dos seus sentidos, a preocupação em esclarecer as variadas dimensões que não podem ser desconsideradas nessa discussão em nenhuma hipótese. Desse modo, o autor não descarta a idéia de uma “nova sociedade”, afirmando que a esfera do trabalho concreto pode constituir-se “ponto de partida”, pois é nesse âmbito que ocorre a produção de coisas necessariamente úteis. É nesse momento que Antunes (2011) irá considerar as contribuições do avanço tecnológico:

Nesse sentido, a automação, a robótica, a microeletrônica, enfim, a chamada revolução tecnológica tem um evidente significado emancipador, desde que não seja regida pela lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias, mas sim pela sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários. (ANTUNES, 2011, p. 87)

Não omitindo os benefícios que a revolução tecnológica pode trazer para a emancipação do trabalho, Antunes (2011) dialoga com Mandel (1986), por concordar que esses meios podem “ampliar o tempo livre para todos”, além de promover uma “redução radical do tempo de trabalho”, no que se refere ao trabalho necessário:

(...) numa sociedade sem classes, a apropriação e o controle do sobre produto social pelos produtores associados significará, ao contrário, uma redução radical do tempo livre para todos e, portanto, a desaparecimento da divisão social do trabalho entre

administradores e produtores, entre aqueles e aquelas que têm acesso a todos os conhecimentos e aqueles e aquelas que estão separados da maior parte do saber. (ANTUNES, 2011 apud MANDEL, 1986, p. 17-18)

Frequentemente, Antunes (2011) evidencia seu embasamento teórico dentro dos termos marxianos:

Os críticos da sociedade do trabalho, com honrosas exceções, “constatam empiricamente” a perda de relevância do trabalho abstrato na sociedade moderna, convertida em sociedade “pós-industrial” e de “serviços” e, conseqüentemente, deduzem e generalizam, a partir daquela constatação, o “fim da utopia da sociedade do trabalho” em seu sentido amplo e genérico. Procuramos aqui indicar no contraponto que estamos sugerindo, que estas formulações padecem de enormes limitações (que resultam em grande medida do abandono de categorias analíticas de origem marxiana), de que é o maior exemplo a desconsideração da dupla dimensão presente no trabalho (enquanto work e labour, enquanto trabalho concreto e abstrato). (ANTUNES, 2011, p. 88)

Os diálogos realizados pelo autor oferecem subsídios para o desenvolvimento da sua tese, por facilitar a compreensão da sociedade do trabalho e os fatores que podem colaborar com o possível fim da sociedade produtora de mercadorias.

A terceira tese referida por Antunes (2011) concentra-se nos movimentos que podem ser realizados pela classe trabalhadora, segundo ele, “as revoltas e rebeliões que se originam centralmente no mundo do trabalho” podem proporcionar uma emancipação “do trabalho” e “pelo trabalho”.

Os novos modelos que foram inseridos no mundo do trabalho que compreendem o setor de serviços, como é o caso dos trabalhadores “terceirizados”, trabalhadores do mercado informal, “trabalhadores domésticos”, desempregados, subempregados etc., podem e devem, conforme Antunes (2011) “somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos” e conseqüentemente fortalecer o “anticapitalismo”.

Em síntese, a luta da classe-que-vive-do-trabalho é central quando se trata de transformações que caminham em sentido contrário à lógica do capital e do sistema produtor de mercadorias (...) Quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras, ainda que reconhecendo que esta empreitada é muito mais complexa e difícil que no passado, quando a sua fragmentação e heterogeneidade não tinham a intensidade encontrada no período recente. (ANTUNES, 2011, p. 89)

Antunes (2011, p. 89-90) estabelece que é necessário também a compreensão do antagonismo entre o “capital social total e a totalidade do trabalho”, ou seja o sistema capitalista é vigente em várias nações, o que torna ainda mais complexo os “múltiplos e agudos problemas do trabalho”, em seus diferentes âmbitos nacionais, “desde a ‘taxa média de lucro’ até as leis que governam a expansão e a concentração do capital”.

Antunes (2011) realiza uma reflexão sobre a “totalidade do trabalho” e sua evidente contribuição para os valores de troca. As consequências oriundas do caráter destrutivo do sistema capitalista, como por exemplo, o desemprego estrutural, citado pelo autor, o qual afeta grande parte do “conjunto de seres sociais que dependem da venda da sua força de trabalho” podem ser motivações para ações que busquem “ir além do capital”. O autor parece otimista quando segue sua idéia de maneira expressiva, pautado em uma esperança quanto a uma “nova sociedade do trabalho”:

A revolução de nossos dias é, desse modo, uma revolução no e do trabalho. É uma revolução no trabalho na medida em que deve necessariamente abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição de sujeito-mercadoria, e instaurar uma sociedade fundada na auto-atividade humana, no trabalho concreto que gera coisas socialmente úteis, no trabalho social emancipado. Mas é também uma revolução do trabalho, uma vez que encontra no amplo leque de indivíduos (homens e mulheres) que compreendem a classe trabalhadora, o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador. (ANTUNES, 2011, p. 90)

É interessante notar o termo utilizado por Antunes (2011) para envolver as múltiplas formas de trabalho surgidas nas metamorfoses do mundo do trabalho: “sujeito coletivo”, essa denominação, segundo o autor, diz respeito ao sentido do impulsionamento de “ações dotadas de um sentido emancipador” (p. 90). O autor constrói um caminho que ele acredita ser ponte para uma possível emancipação, através da união da classe trabalhadora para o anticapitalismo.

Quando Antunes (2011) considera a omnilateralidade, na visão marxiana, refere-se à não alienação, à possibilidade do homem “se sentir completo” enquanto ser social através do seu trabalho. É nessa perspectiva, baseando-se nas teorias marxistas que o autor inicia sua quarta tese, afirmando que a omnilateralidade humana pode acontecer através “do” e “pelo” trabalho.

Nesse sentido, o autor propõe que a classe trabalhadora se mobilize a fim de ir além ao capital, entretanto, o autor cita uma dificuldade que põe em questão o “sujeito coletivo” frente às diferentes qualificações dos trabalhadores no mercado. Segundo Antunes (2011), o desafio é

dado pela existência de um ser social complexificado, que abarca desde os setores dotados de maior qualificação, representados por aqueles que se beneficiaram com o avanço tecnológico e que vivenciaram uma maior intelectualização do seu trabalho, até aqueles que fazem parte do trabalho precário, parcial, “terceirizado”, participantes da “economia informal”, da subclasse dos trabalhadores. Não cremos que esta heterogeneidade impossibilite uma atuação conjunta destes segmentos sociais enquanto classe, ainda que a aproximação, articulação e unificação destes estratos que compõem a classe trabalhadora sejam, não é demais repetir, um desafio de muito maior envergadura do que aquele imaginado pela esquerda socialista. (ANTUNES, 2011, p. 91)

A homogeneização da classe trabalhadora é possível, mas Antunes (2011) afirma que não é algo tão simples, tendo em vista a “heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe-que-vive-do-trabalho”. Por isso, o autor segue sua análise nessa direção, buscando compreender como os dois pólos constituídos, trabalhadores (mais/ menos qualificados), e aqueles socialmente excluídos, posicionam-se frente a uma ação anticapitalista.

Devido às múltiplas transformações ocorridas no mundo do trabalho, Antunes (2011) enfatiza a necessidade dos trabalhadores estarem unidos, por romper com “todas as tendências à individualização das relações de trabalho” para evitar fragmentações que podem enfraquecer movimentos no interior do mundo do trabalho.

Diante de tais reflexões, Antunes (2011) discorre sobre as hipóteses que podem configurar os trabalhadores de “segmentos mais qualificados” e “trabalhadores precários”. Sobre os mais intelectualizados, ele afirma:

Pelo papel central que exercem no processo de criação de valores de troca, poderiam estar dotados, ao menos objetivamente, de maior potencialidade anticapitalista. Mas, contraditoriamente, esses setores mais qualificados são exatamente aqueles que têm vivenciado, subjetivamente, maior envolvimento “integracionista” por parte do capital, da qual a tentativa de manipulação elaborada pelo toyotismo é a maior expressão, ou têm sido responsáveis, muitas vezes, por ações que se pautam por concepções de inspiração neocorporativa. (ANTUNES, 2011, p. 92)

Apesar dos trabalhadores mais qualificados estarem atuando diretamente na produção de valores de troca, com maior capacidade de pressão contra o capital, tendem a, equivocadamente, sentirem-se mais integrados ao capital e menos à classe que de fato pertencem: a do trabalho. Esse aspecto é comum em trabalhadores “melhores sucedidos”, fruto da manipulação do capitalismo, a idéia de “integração” (Antunes, 2011).

No que diz respeito aos trabalhadores mais precários, Antunes (2011) considera:

Trabalhadores precários, parciais, temporários, etc., que denominamos subproletariado, juntamente com o enorme contingente de desempregados, pelo seu maior distanciamento (ou mesmo exclusão) do processo de criação de valores teria, no plano da materialidade, um papel de menor relevo nas lutas anticapitalistas. Porém, sua condição de despossuído e excluído o coloca potencialmente como um sujeito social capaz de assumir ações mais ousadas, uma vez que estes segmentos sociais não têm mais nada a perder no universo da sociabilidade do capital. Sua subjetividade poderia ser, portanto, mais propensa à rebeldia. (ANTUNES, 2011, p. 92)

O desafio então está em unir as fragmentações decorrentes da heterogeneização que abarca o mundo do trabalho. Com o objetivo de avançar no anticapitalismo, segundo Antunes (2011, p. 92), faz-se necessário a construção de mobilizações que só serão eficazes diante de

“uma empreitada que aglutine e articule o conjunto dos segmentos que compreendem a classe-que-vive-do-trabalho”.

Em sua quinta e última tese, Antunes (2011) discute sobre o estranhamento e suas consequências nas transformações no mundo do trabalho:

No que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantém-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse estranhamento permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. (...) As diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias. O ser social que trabalha deve somente ter o necessário para viver, mas deve ser constantemente induzido a querer viver para ter ou sonhar com novos produtos. (ANTUNES, 2011, p. 94)

A idéia do consumo na sociedade capitalista parece estar naturalizada, tem-se como principal objetivo a obtenção de produtos, ainda que esses estejam no nível secundário, é a vontade de satisfazer uma vaidade que comanda a sociedade. É nisso também que a desigualdade fica ainda mais evidente, pois classes sociais distintas ocupam a mesma sociedade, porém em diferentes condições financeiras, aos mais ricos são concedidos seus desejos, à classe trabalhadora cabe o “manter-se vivo” (p. 94), o trabalho como meio para sobrevivência. Antunes (2011) não desiste da sustentação de teses que contrapõem a ideia de “fim do trabalho” citado por alguns autores como Méda (1997), Habermas (1991 e 1992), Offe (1989), Jeremy Rifkin (1995) e Kurz (1992). Por isso dedica um capítulo na sua obra desenhando os caminhos que compreendem o “presente e futuro do trabalho”, de maneira sintética, porém elucidativa, e traça em 15 pontos um resumo sobre a centralidade do trabalho.

De acordo com Antunes (2011), é fundamental a compreensão sobre “a nova morfologia do trabalho, seu caráter multifacetado, polissêmico e polimorfo”, bem como os sujeitos que estão envolvidos nesse contexto: as trabalhadoras e trabalhadores que vendem sua força de trabalho em troca de salário.

A centralidade no interior da classe trabalhadora, segundo Antunes (2011), está nos trabalhadores produtivos, ou seja, naqueles que são assalariados, que estão diretamente inseridos na produção de mais-valia, mas é um equívoco não incluir nessa classe, os trabalhadores considerados improdutivos, presentes no setor informal, considerando que os resultados dos serviços desses são utilizados “tanto para uso público como para o capitalista”. Apesar de serem desvalorizados para o capital, são peças fundamentais de uma engrenagem

que apóia o funcionamento do sistema. Nessas duas dimensões, têm-se a classe trabalhadora contemporânea.

Essas mutações criaram, portanto, uma classe trabalhadora mais heterogênea, mais fragmentada e mais complexificada, dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários, imigrantes e nacionais, brancos e negros etc., sem falar nas divisões que decorrem da inserção diferenciada dos países e de seus trabalhadores na nova divisão internacional do trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 198)

Assim, após o esboço das suas 15 teses sobre a configuração da sociedade do trabalho hoje no qual Antunes (2011) reafirma que é óbvia a intensificação do trabalho e não sua extinção em tempos contemporâneos, novamente esperançoso quanto a uma sociedade anticapitalista, o autor declara:

Numa forma de sociabilidade superior, o trabalho, ao reestruturar o ser social, terá como corolário a desestruturação do próprio capital. E, avançando na abstração, esse mesmo trabalho autônomo, autodeterminado e produtor de coisas úteis, tornará sem sentido e supérfluo o capital, gerando as condições sociais para o florescimento de uma subjetividade autêntica e emancipada, dando assim um novo sentido ao trabalho e dando à vida um novo sentido, além de resgatar o sentido de humanidade social que o mundo atual vem fazendo desmoronar ainda mais. Um sentido que o século XXI poderá conquistar. (ANTUNES, 2011, p. 125)

Enquanto esse futuro não chega, à classe trabalhadora resta o enfrentamento das más consequências do severo sistema capitalista, as quais tendem a se estender cada vez mais na busca de superlucros por meio da exploração de quem não tem alternativa senão vender a força de trabalho para a manutenção e reprodução social, ainda que envolva precarização tão presente nas novas formas de ser do trabalho.

Em verdade, o sistema de metabolismo social do capital necessita cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, dos trabalhadores hifenizados de que falou Huw Beynon, que se encontram em explosiva expansão em todo o mundo produtivo e de serviços. (ANTUNES, 2011, p. 175)

A lógica destrutiva do capital acompanhou seu avanço num nível ainda mais acelerado. Prova disso são suas más consequências em larga escala, com formas produtivas flexibilizadas e cada vez mais desregulamentadas.

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)socialização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se uma monumental “sociedade do descartável”, que joga fora tudo que serviu como “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital. (ANTUNES, 2011, p. 191)

De acordo com Antunes (2011), essa brutalidade justifica-se na crise do capital. A busca desesperada pelo lucro exacerba as estratégias para maiores produções do mesmo. Apesar de a crise atingir uma dimensão mundial, Antunes (2011) atenta para o “tripé que domina o mundo” (p. 191): Estados Unidos da América e o seu Nafta, a Alemanha à frente da Europa e o Japão que lidera os países asiáticos, essa sustentação permite que a crise, vez por outra, mude de centro.

Através desses exemplos, Antunes (2011) parece preocupar-se com um maior entendimento do leitor quanto à crise do mundo do trabalho. Como é o caso da análise realizada pelo autor sobre as “causas do refluxo do movimento operário” (p. 193), na qual ele utiliza um elemento que tem a ver com o desmoronamento do Leste Europeu no final dos anos de 1980, tal evento causou a falsa ideia do “fim do socialismo”, oriunda da perspectiva propagada na época sobre o fim das teses marxianas. Consequentemente, os países capitalistas centrais buscaram estratégias para pôr em escassez os direitos e conquistas sociais trabalhistas, diante da suposta “inexistência” do perigo socialista.

O terceiro elemento diz respeito ao “desmoronamento da esquerda tradicional da era stalinista” que causou o enfraquecimento do movimento operário por atingir o “sindicalismo de esquerda”, passando a estar totalmente subordinado “à institucionalidade e burocratização” (Antunes, 2011, p. 194). E o quarto elemento está na “regressão da própria social-democracia”:

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2011, p. 194)

Em decorrência da crise do capital, a reestruturação produtiva vem afetando intensamente o mundo do trabalho com efeitos destrutivos. Alteram-se os processos de trabalho com o surgimento de máquinas a fim de intelectualizar os meios de produção com os avanços tecnológicos, “da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo”.

Portanto, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, onde houve uma relativa intelectualização do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística, onde o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução dos inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval, etc. (ANTUNES, 2011, p. 198)

No cenário da reestruturação produtiva, há um enxugamento no mercado de trabalho e os trabalhadores mantidos estão em situações precarizadas, e muitas vezes, com frágeis vínculos. O modelo desse novo trabalhador é o “polivalente e multifuncional” capaz de acompanhar os avanços ocorridos com a inserção das máquinas e se sobressair intelectualmente. Esse trabalhador também surge na figura de “colaborador”, nos termos e conforme confirma Iamamoto:

[...] trabalhador polivalente, capaz de realizar múltiplas atividades ao mesmo tempo e pelo mesmo salário, rompe as rígidas barreiras das especialidades profissionais, especialmente nas funções de menor qualificação. Expressa a indiferença do trabalhador assalariado em relação ao tipo ou qualidade do trabalho que desenvolve, o que viabiliza, inclusive, a elevada rotatividade do trabalho constatada no país. (IAMAMOTO, 2004, p. 90)

Ao longo da sua discussão, Antunes (2011) “bebe” de outras fontes oferecendo maior compreensão sobre a continuidade do trabalho e não o seu fim. Suas teses contribuem bastante essa constatação tão lógica mediante o cenário atual. Antunes (2011) ainda reitera a necessidade de articulação da classe trabalhadora:

(...) o desafio maior da classe-que-vive-do-trabalho, nesta viragem do século XX para o XXI, é soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diversos segmentos que compreendem o mundo do trabalho. E, desse modo, procurando articular desde aqueles segmentos que exercem um papel central no processo de criação de valores de troca, até aqueles segmentos que estão mais à margem do processo produtivo, mas que, pelas condições precárias em que se encontram, se constituem em contingentes sociais potencialmente rebeldes diante do capital e suas formas de (des)sociabilização (BIHR, 1991 apud ANTUNES, 2011, p. 198)

Frente ao debate elucidado acerca da ratificação da centralidade do trabalho para a sociedade do capital no período pós-industrial, o autor constata e conclui que acreditar no fim do trabalho é um grande equívoco, cujos estudos e compreensão exigem uma noção mais ampla sobre o caráter multifacetado do trabalho na sociedade contemporânea. Nesses termos, não existe a eliminação da categoria trabalho enquanto existir o sistema capitalista, produtor de mercadorias, nem mesmo a abstração da classe trabalhadora, a qual possibilita a produção por meio da venda da força de trabalho.

2.2. OS DESAFIOS DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

A discussão sobre a centralidade do trabalho com base nas contribuições e perspectiva de Antunes (2011), exige e apresenta questões que põem em debate a análise sobre a precarização social do trabalho, fenômeno que, diante de tantas metamorfoses, vem afetando severamente o mundo do trabalho contemporâneo.

Para o autor, a precarização estrutural do trabalho, como ele intitula, está presente em escala global, “tanto nos países centrais como no Brasil”, conforme sustenta:

(...) Por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. No entanto, como não podem eliminar completamente o trabalho vivo, os capitais conseguem reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. (ANTUNES, 2011, p. 103)

Ao destacar a semelhança existente no mundo do trabalho contemporâneo, quanto ao ritmo e intensidade, Antunes (2011) evidencia que existe um retrocesso para os trabalhadores devido à crescente valorização do trabalho morto, o que também gera precarização do trabalho em diversos setores e desemprego estrutural em larga escala. É nesse sentido que Antunes (2011) relata sobre as metamorfoses no mundo do trabalho:

Contrariamente, entretanto, às teses que advogam o fim do trabalho, estamos desafiados a compreender o que venho denominando a nova polissemia do trabalho, sua nova morfologia, isto é, sua forma de ser (para pensarmos em termos ontológicos), cujo elemento mais visível é seu desenho multifacetado, resultado das fortes mutações que abalaram o mundo produtivo do capital nas últimas décadas. (ANTUNES, 2011, p. 104)

Essa nova polissemia do trabalho é indissociável da precarização social do trabalho, fenômeno que inclui os novos profissionais empregados na “lógica da flexibilidade toyotizada” com o desenvolvimento do capital, como é o caso dos trabalhadores citados por Antunes (2011): motoboys, telemarketing e call center, digitadores que laboram (e se lesionam) nos bancos, dos assalariados do fast-food, dos trabalhadores de hipermercados, etc., compõem a “nova morfologia” do mundo do trabalho, suas novas formas de ser que nada contribuem em avanços para os trabalhadores, mas sim trabalhos cada vez mais precarizados, os quais são submetidos a quem depende da venda da sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

Antunes (2011) sustenta suas considerações sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho fazendo um panorama com países como o México, Inglaterra e China, mas, referindo-se ao Brasil, o autor descreve que há uma situação ainda mais grave:

Durante nossa década de desertificação neoliberal, nos anos 1990, pudemos presenciar simultaneamente, tanto a pragmática desenhada pelo Consenso de Washington, com suas desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho e da produção, quanto uma significativa reestruturação produtiva em praticamente todo universo industrial e de serviços, consequência da nova divisão internacional do trabalho que exigiu mutações tanto no plano da organização sócio-técnica da produção quanto nos processos de reterritorialização e desterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências (ANTUNES, 2011, p. 105)

O início dos anos 1990 no Brasil é marcado por uma série de mudanças no modo de produção, ao passo que se diminui o quadro de trabalhadores, intensifica-se a jornada de trabalho, elementos esses que são frutos da “lógica simbiótica do toyotismo flexibilizado”. Cabe aqui ressaltar o que Antunes (2011) exemplifica, em outros países, quanto aos efeitos das desregulações, quando fica manifesto que esses males atingem não só trabalhadores de níveis mais baixos, mas também os de posição mais “elevada”:

Podemos ainda recordar projetos-piloto como o denominado Distrito C, desenvolvidos pela Telefônica, na Espanha, concebidos pelo sistema de competências e metas, ou ainda a recente onda de suicídios no trabalho em plantas da Renault na França, atingindo até os estratos altos das gerências, o que talvez nos permitisse acrescentar que, quanto mais altas se encontram na hierarquia gerencial, maior poderá ser o impacto do tombo. (ANTUNES, 2011, p. 106)

Os exemplos citados por Antunes (2011) contemplam os anos de 1990, mas o que se percebe é que não existem melhorias no que tange a regulamentações trabalhistas, contrariamente há uma ampliação quanto à “precarização exarcebada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos”.

Apesar de tantas regressões, é comum a intensificação de exigências para o trabalhador, com as novas formas de ser do trabalho: surge também a necessidade, conforme interesse do capital de um “novo tipo de trabalho”, o que muitas empresas denominam de “colaborador” com características como “polivalência”, “multifuncionalidade”, estratégias de intensificação da precarização social do trabalho.

O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Uma empresa concentrada pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativo, subjetivo e ideopolítico são por demais evidentes. (ANTUNES, 2011, p. 108)

As novas formas de ser do trabalho, infelizmente, são as manifestações de trabalhos destrutivos e opressores, porém, mediante um discurso ideológico de humanização. Dessa forma, o autor cita as cooperativas que surgiram diante dos movimentos da classe trabalhadora, objetivando o fim do desemprego e do despotismo do trabalho, entretanto, o autor afirma que o que ocorre é a ordem inversa, “os capitais vem criando falsas cooperativas, como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho” (p. 108). Nessa perspectiva, há também a ampliação do “terceiro setor”, da intensificação do “trabalho voluntário”, com

“caráter assistencial”, segundo Antunes (2011, p. 108), “sem fins diretamente lucrativos”, mas que são desenvolvidos à margem do mercado.

Todavia, os estudos desenvolvidos por Graça Druck⁴ permitem uma maior aproximação com as configurações e reproduções que envolvem a categoria da precarização social do trabalho, por isso optou-se por utilizar como referencial teórico principal, as contribuições da autora neste subcapítulo.

De acordo com Druck (2011, p. 44), a precarização social do trabalho é “um novo e um velho fenômeno”, é diferente e igual, é passado e presente e possui caráter macro e microssocial. No texto intitulado “Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?”, a socióloga justifica essas declarações, ao passo que traça o percurso metodológico que levam às reflexões sobre o tema em questão. Um dos métodos citados por Druck (2011) é o “indicador social”, que Januzzi (2003) define:

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois, o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados. (JANUZZI, 2003, p. 15)

Sobre as classificações (quantitativos/objetivos; qualitativos/secundários) dadas aos indicadores sociais, Druck (2011) acrescenta que é necessário não se deixar levar pelo “fetiche dos números”, pois esse método não é o único legítimo. Para clarificar sua idéia, a autora dialoga com Besson (1995):

O fetichismo estatístico nasce da confusão do índice com a realidade. Ele infecta constantemente não só os ‘quantitativistas’, mas também numerosos ‘qualitativistas’. Os primeiros acreditam; os segundos, não; os dois desconhecem as condições da produção da estatística, o caráter normal e inevitável das convenções, das contingências, dos fluxos que a acompanham. Os primeiros não querem vê-las; os segundos, quando as percebem, fazem de tudo para rejeitar as estatísticas; os dois dividem a mesma concepção absolutista do conhecimento. (BESSER, 1995, p. 49)

Ao preocupar-se em explicar os recursos utilizados na sua pesquisa, Druck (2011) norteia o leitor sobre a compreensão proposta quanto aos indicadores de precarização social

⁴ Doutora em Ciências Sociais, com pós-doutorado na Universidade de Paris XIII. Professora associada I do Departamento de Sociologia e da Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia – PPGCS/FFCH/UFBA. Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/FFCH/UFBA e do CNPq. Realiza pesquisas na área de Sociologia do Trabalho. Autora do livro *Terceirização: (Des)Fordizando a Fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia* (Ed. Boitempo/Edufba, 1999 e 2001) e coorganizadora do livro *A perda da razão social do trabalho: precarização e terceirização*. (Ed. Boitempo, 2007). Tem artigos publicados em diversos periódicos, *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo –;Pistes; Laboreal; Revista Brasileira de Saúde Ocupacional; Caderno CRH*).

do trabalho, informando que os mecanismos dispostos na sua análise somaram a uma combinação de informações de naturezas diversas e complementares, produzindo dados para o estudo.

Segundo Druck (2011), estudos realizados nas últimas décadas no mundo, envolvendo a América Latina e o Brasil, chegaram à mesma conclusão no que se refere ao trabalho, há uma deficiência de trabalho decente, ou seja, há um quadro de precarização social do trabalho.

Em seu projeto de pesquisa, Druck introduziu sobre os indicadores construídos ao decorrer do seu estudo:

No caso do estudo proposto, o conceito temático do qual se parte para a construção de indicadores é a Precarização Social do Trabalho, compreendida como um processo em que se instala – econômica, social e politicamente – uma institucionalização da flexibilização e da precarização moderna do trabalho, que renova e reconfigura a precarização histórica e estrutural do trabalho no Brasil, agora justificada pela necessidade de adaptação aos novos tempos globais [...] O conteúdo dessa (nova) precarização está dado pela condição de instabilidade, de insegurança, de adaptabilidade e de fragmentação dos coletivos de trabalhadores e da destituição do conteúdo social do trabalho. [...] O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, na desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, nos acidentes de trabalho, na perda salarial, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe-que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des)estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des)proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política. (DRUCK, 2007, p. 19-20)

As transformações ocorridas no mundo do trabalho diversificaram seu interior, atribuindo à categoria novas formas de ser, a medida que os vínculos se tornaram cada vez mais frágeis, com o desemprego estrutural, a terceirização, entre outras conversões que intensificaram as desregulamentações do trabalho, acentuando o caráter destrutivo do capital na reestruturação produtiva a fim da obtenção de superlucros.

Nesse sentido, o sistema capitalista, de acordo com Druck (2011), em seu desenvolvimento histórico, ainda que mantendo a essência das relações de trabalho através do assalariamento, da compra e da venda da força de trabalho, exigiu mutações significativas nas formas de organização social do trabalho, criando desafios para a construção de novas formas de lutas sociais dos trabalhadores.

Nesse cenário, e diante da crise cíclica do capital, há uma busca insaciável pelo lucro através do

processo de acumulação ilimitada de capital que comanda a sociedade (...) pela produção do excedente, cada vez mais estimulada pela concorrência intercapitalista

no plano mundial. Um processo que dissocia o capital e as formas materiais de riqueza (valores de uso), conferindo-lhes um caráter abstrato, cuja valorização através do trabalho excedente garante perpetuar-se a acumulação. (DRUCK, 2011, p. 41)

O lucro se constitui no principal objetivo do capital, sendo a apropriação da força de trabalho a garantia de produção de mercadorias. Justifica-se a precarização social do trabalho, à medida que o capitalismo, essencialmente destrutivo, utiliza da necessidade da classe-que-vive-do-trabalho para sua acumulação, pondo os trabalhadores a se submeterem às condições precárias de trabalho, a fim do sustento, fragilizando a luta por seus direitos para não pôr em risco o trabalho, já tão fragilizado, atualmente. “Afim de ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum” (Druck, 2011, p. 43).

Druck (2011) afirma que “o capitalismo do século XIX não é o mesmo do século XX, e muito menos do século XXI”, o que quer dizer que existem diversas conjunturas históricas no desenvolvimento do sistema capitalista, as configurações são dinâmicas diante dos processos de transformações intercaladas entre velhas e novas estratégias, incluídas no que Druck (2011) intitula de “dinâmica da precarização social do trabalho”, a autora ainda indica:

A acumulação flexível, que tão bem caracteriza o capitalismo contemporâneo, tem sua origem na busca por superar uma conjuntura de crise de outro padrão de desenvolvimento capitalista, marcado pelo fordismo e por um regime de regulação cuja experiência mais completa se deu nos países que conseguiram implementar um estado de bem-estar, experiência que nem mesmo na Europa se generalizou. (DRUCK, 2011, p. 42)

Contemporaneamente, no capitalismo flexível “embora o crescimento econômico tenha se desacelerado”, há uma ampliação do lucro e “os ganhos do capital nunca foram tão altos e tão rápidos”, além disso, cabe trazer um trecho do panorama entre a era fordista e a atualidade mencionados por Druck (2011):

Na era da acumulação flexível, as transformações trazidas pela ruptura com o padrão fordista geraram outro modo de trabalho e de vida pautado na flexibilização e na precarização do trabalho, como exigências do processo de financeirização da economia, que viabilizaram a mundialização do capital num grau nunca antes alcançado. Houve uma evolução da esfera financeira, que passou a determinar todos os demais empreendimentos do capital, subordinando a esfera produtiva e contaminando todas as práticas produtivas e os modos de gestão do trabalho, apoiada centralmente numa nova configuração do Estado, que passa a desempenhar um papel cada vez mais de “gestor dos negócios da burguesia”, já que ele age agora em defesa da desregulamentação dos mercados, especialmente o financeiro e o de trabalho. (DRUCK, 2011, p. 42)

Essas novas configurações, conforme Druck (2011) vão além do âmbito econômico e do mercado na vida do sujeito, interferindo também na vida social, por estabelecer um novo modo de execução do trabalho e de vida. Isso diz respeito também às novas exigências

impostas ao trabalhador, de maneira a torná-lo obsoleto e descartável, à medida que ocorrem mudanças nos modos de produção.

De acordo com Druck (2011), até mesmo países que tiveram experiências dos Estados de Bem Estar-Social por se destacarem no desenvolvimento econômico e social foram atingidos por “uma sociedade de desempregados e de formas precárias de trabalho”, ao invés de uma “sociedade de pleno emprego” estabelecida anteriormente no período fordista.

A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, nos planos objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de “desfiliação” social. (DRUCK, 2011, p. 43)

A fragilidade da classe trabalhadora, no que tange aos movimentos sociais, como já citado, está na ameaça de desemprego estrutural, além disso

(...) os próprios trabalhadores, influenciados por seus dirigentes políticos e sindicais, passam a acreditar que as transformações no trabalho são inexoráveis e, como tal, passam a ser justificadas como resultados de uma nova época ou de um “novo espírito do capitalismo” (...) Esse “novo espírito” insiste em desqualificar os valores construídos na era anterior, fazendo desmoronar a crença no progresso, nas possibilidades de emprego e de direitos sociais de longo prazo e num Estado protetor. (DRUCK, 2011, p. 43)

Parece cair por terra toda a esperança de Antunes (2011), quando analisamos as ações dos trabalhadores apontadas nas pesquisas de Druck (2011). O capitalismo cria forças que desestimulam a classe trabalhadora em se unir para buscar seus direitos, e acaba abrindo mão da possibilidade de um “trabalho decente” diante da ameaça de perder o mínimo que é o seu meio de sustento, ou seja,

a precariedade se inscreve num modo de dominação de tipo novo, fundado na instituição de uma situação generalizada e permanente de insegurança, visando obrigar os trabalhadores à submissão, à aceitação da exploração. Apesar de seus efeitos se assemelharem muito pouco ao capitalismo selvagem das origens, esse modo de dominação é absolutamente sem precedentes, motivando alguém a propor aqui o conceito ao mesmo tempo muito pertinente e muito expressivo de ‘flexploração’. Essa palavra evoca bem essa gestão irracional da insegurança, que, instaurando, sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção, a concorrência entre os trabalhadores dos países com conquistas sociais mais importantes, com resistências sindicais mais bem organizadas – características ligadas a um território e a uma história nacionais – e os trabalhadores dos países menos avançados socialmente, acaba por quebrar as resistências e obtém a obediência e a submissão por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmas sua própria justificação. (BOURDIEU, 1998, p.124-125).

Segundo Druck (2007), o regime político citado por Bourdieu (1998) não é uma mera vontade, mas sim algo mais elaborado, repleto de orientações e interesses, pautado nos

poderes políticos com o foco de manter a dominação sob o trabalho e os trabalhadores. Dessa forma, a classe dominada, os trabalhadores, veem-se sem saída, incapazes de reação.

É importante trazer aqui dados, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relatados por Druck (2011), referentes à criação da “Agenda do Trabalho Decente”. Essa agenda analisava o grau da precarização do trabalho a partir da observação do desenvolvimento das atividades no mercado, a partir da qual a OIT declarou:

depois de uma década (...) em lugar do aumento do emprego formal, o que se produziu foi um incremento do desemprego e da informalidade, acentuando-se ainda a precarização dos empregos, associada à insegurança das remunerações, à menor proteção social, à maior rotatividade da força de trabalho etc. (OIT, 2006, p. 6)

A pesquisa da OIT comprovou um retrocesso diante das “reformas” políticas aplicadas pelos governos nos anos 1990, na América Latina e Caribe, as quais geraram

uma baixa produtividade do trabalho e um aumento do desemprego e da informalidade, com destaque para os países que flexibilizaram suas respectivas legislações, liberalizando as formas de contratos e demissões, diminuindo ou suspendendo mecanismos de proteção social (aposentadorias, pensões, saúde, acidentes e doenças ocupacionais). (DRUCK, 2011, p. 44)

Avançando na leitura dos dados da OIT, trazidos por Druck (2011, p. 45), o que se percebe é que a precarização social se disseminou em escala global, mesmo que em ritmos diferenciados variando entre países e regiões. A autora analisa que a década de 1990 foi marcada “pela hegemonia do capital financeiro e pela flexibilização e precarização do trabalho como estratégias centrais”.

A OIT define o “Trabalho Decente” como

um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade, e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho [...] Os quatro eixos centrais da Agenda do Trabalho Decente são a criação de emprego de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, expressos na Declaração dos Direitos, adotada em 1998 (MTE, 2006, p.5).

Para Druck (2011, p. 46) é muito positivo esse ideal de trabalho proposto pela OIT, mas a socióloga afirma que a Organização acaba caindo em contradição com as suas próprias pesquisas realizadas, perdendo a real concepção das “más consequências da financeirização da economia, da desregulamentação dos mercados e da flexibilização do trabalho” impostas pelos principais governos ainda que de formas diferenciadas.

3. O TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS LIMITES E AS POSSIBILIDADES EM UM ESPAÇO HOSPITALAR

Aqui serão apontadas questões relacionadas ao Serviço Social como trabalho, a fim de entender a importância dessa compreensão para a categoria profissional e o desenvolvimento das atividades das assistentes sociais enquanto trabalhadoras assalariadas. Relembrando qual o espaço socio-ocupacional aqui analisado, no tópico seguinte há algumas notas sobre a política de saúde e suas determinações como área de atuação do Serviço Social. O percurso metodológico evidencia os meios que pautaram este trabalho, ao passo que em conformidade com o referencial teórico aqui apresentado e o relato de experiência da autora deste trabalho na instituição de saúde de natureza privada, analisa-se as possibilidades de efetivação do projeto ético-político profissional e empecilhos para sua consolidação. Para isso esboça-se um quadro a fim de reunir as atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais da unidade de saúde, expondo os desafios enfrentados por essas profissionais no cotidiano profissional em que estão inseridas. No último subtópico dá-se continuidade à análise do projeto ético-político, enunciando os limites e possibilidades para sua concretização no trabalho profissional.

3.1. SERVIÇO SOCIAL: POR QUE É IMPORTANTE ENTENDÊ-LO COMO TRABALHO?

Abordar o assunto sobre o Serviço Social como trabalho na categoria profissional provoca debates que envolvem concepções distintas. Aqui apresentaremos a controvérsia levantada por Sergio Lessa, autor conceituado que questiona a posição da também conceituada autora Marilda Yamamoto sobre sua compreensão de que o Serviço Social configura-se como trabalho.

Lessa (2011) dedica algumas páginas do seu livro “Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo” em função de criticar a tese do Serviço Social como trabalho discutida por Yamamoto (1998) em “Serviço Social na Contemporaneidade”. Ao longo da discussão, o autor elucida sua discordância, ao passo que analisa as citações de Yamamoto (1998), conduzindo o leitor a uma enumeração de motivos que contrapõem a ideia da autora.

Segundo Lessa (2011), o texto produzido por Yamamoto (1998) contém equívocos e é incapaz de sustentar sua tese do Serviço Social como trabalho, evidencia-se isso com o trecho a seguir:

(...) lemos que “O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística.” O trabalho, agora, não é apenas e tão somente o intercâmbio orgânico com a natureza, mas a totalidade dos atos humanos, pois o que restaria para além das atividades “material, intelectual e artística”? O texto assume implicitamente a identidade entre trabalho e a totalidade da práxis sem explicitar este fato. (LESSA, 2011, p. 91)

Lessa (2011) vai além quando põe em questão também a afirmação de Yamamoto sobre a questão social como “matéria-prima”. O autor alega que tal identificação é uma “reificação (...) ainda mais intensa que aquela perpetrada pelo capital” (Ibid., p. 94) e acaba por “cancelar o que o trabalho tem de específico e que o distingue, enquanto categoria fundante, de todas as demais categorias sociais” (LESSA, 2007, p. 92) .

Lessa se contradiz quando assume a produção de mais-valia presentes em atividades que ele não considera trabalho:

Considerando [...] a produção de mais-valia, a relação entre o professor e o capitalista é exatamente a mesma que se desdobra entre o capitalista e o proletário. As forças de trabalho do professor e do proletário são compradas pelos seus respectivos valores, o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir cada uma delas. [...] Ambas as forças de trabalho, portanto, foram compradas pelo seu valor de uso específico: é a única mercadoria que, uma vez consumida, gera maior valor que o seu próprio. A forma de exploração (se não a intensidade da exploração) é exatamente a mesma: a extração da mais-valia. Os lucros do dono da ‘fábrica de saber’ e do dono da ‘fábrica de salsichas’ têm suas origens na mesma relação social, qual seja, a relação capital/trabalho produtivo. Tal como o proletário, portanto, o mestre-escola também produz mais-valia. [...] Enquanto o proletário trabalha sobre uma matéria da qual está ausente a consciência, a ação do professor visa primordialmente a consciência do aluno. [...] isto faz com que a própria práxis dos professores seja ontologicamente distinta da práxis proletária não apenas no seu conteúdo, não apenas na sua função social, mas até mesmo na sua forma imediata [...].(LESSA, 2005, p. 22).

Nos seus comentários, Lessa (2011) exprime sua discordância com a posição de Yamamoto, julgando suas ideias acerca da concepção do Serviço Social como trabalho, “inconclusivas”, ou mesmo “descabidas”, as quais até mesmo põem em questão, para o autor, o “cancelamento da distinção ontológica entre os homens e a natureza” e entre “a objetividade social e a natural” (Ibid., p. 94), a fundamentação da tese de Lessa (2011) consiste no processo exclusivo entre homem e natureza, nessa perspectiva, o objeto de trabalho consiste, segundo ele, na própria natureza, ou quando transforma-se em matéria-prima, como descreve a seguir:

da identificação de todas as atividades humanas ao trabalho, passou-se à identidade entre a matéria-prima e a objetividade social. Velada a distinção entre a natureza e o ser social, o conceito de meios e instrumentos de trabalho é ampliado para conter tudo que é “necessário” à profissão do

assistente social, explicitamente o conhecimento, muito possivelmente “as instituições privadas e do Estado”. (LESSA, 2011, p. 96)

Na sua discussão, Lessa (2011) vai dizer que o conceito marxiano sobre “matéria-prima” será mais preciso, no sentido de que a objetivação é consequência da causalidade natural, ou seja um produto que nasce da natureza (Ibid., p. 94). Nesse momento, o autor afirma que os problemas presentes no texto de Iamamoto (1998) se agravam devido ao abandono à “precisão das categorias marxianas” (Ibid., p. 94).

Lessa (2011) avança na crítica à autora quando a mesma analisa o produto do Serviço Social, afirmando, na sua perspectiva, que o texto de Iamamoto (1998) “deixa de ser ambíguo para ser contraditório” (Ibid., p. 96). Cabe aqui justificar a ideia do autor com sua afirmação:

(...) como sua definição de trabalho abrange todas as atividades e, portanto, também os serviços, e “como todo trabalho resulta em um produto” (Iamamoto, 1998: 66-7), segue-se com rigor lógico que o Serviço Social, enquanto “trabalho” que é “serviço”, deveria também ter um produto. A contradição está posta. E a saída é encontrar-se um “produto” que não tenha “existência independente” dos trabalhadores que o produziram, que deles não se destaque “como mercadoria autônoma”; e, nesta busca, Iamamoto caminhará para um terreno ainda mais pantanoso: a postulação de um “produto” “não material”. (LESSA, 2011, p. 97)

Por tais reflexões, é notável a discordância do autor com os marxistas contemporâneos da sociologia do trabalho que estudam o trabalho imaterial, intangível, intelectual, tal como Rubin (1980), Dal Rosso (2008), Amorim (2011), Santos (2013) – com base na teoria do valor em Marx -, e sua discordância com o próprio Braverman (1980) que há muito já tinha elucidado o crescimento dos serviços na sociedade do capital.

Segundo Lessa, Iamamoto (1998) tenta embasar sua tese de Serviço Social como trabalho em ideias “insustentáveis”, “equivocadas”. O autor sinaliza as atribuições da assistente social colocada por Iamamoto (1998), como por exemplo, a viabilização do acesso a uns óculos (neste caso, a autora defende sua concepção sobre o Serviço Social como trabalho e a presença de um produto (os óculos) materializado) e também a ideia do “não material”, à medida que o mesmo serviço “incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura” (p. 98).

Lessa (2011) contrapõe a autora por compreender tais atos como uma “prestação de serviços de assistência social”, afirma que o simples fato de haver um produto (óculos) na ação, não modifica nada, a não ser que o objeto fosse produzido pela assistente social, segundo ele, a viabilização do acesso não quer dizer “materialidade” (p. 98). O autor define a posição de Iamamoto (1998) como “débil”:

A busca de um “produto” onde não há “produto” (nos serviços, e especificamente no Serviço Social) termina conduzindo o texto a uma posição ainda mais **débil** (grifo nosso), qual seja, a concepção do mundo dos homens enquanto uma dualidade ontológica. Haveria no ser social uma porção material e outra não material (...) (LESSA, 2011, p. 100).

Realizando essas considerações, é possível compreender que o autor faz uma interpretação que ignora a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, na proporção em que nega qualquer possibilidade de estudo acerca do serviço enquanto trabalho com base na perspectiva marxiana. Há aqui, não tão somente a negação do Serviço Social enquanto trabalho, mas de todos os tipos de trabalho que correspondam a natureza imaterial.

Outro questionamento de Lessa (2011) tem a ver com a afirmação de Yamamoto (1998) sobre a assistente social como “trabalhador coletivo”, para ele há um grande distanciamento dos conceitos marxianos tal colocação:

Este movimento de ampliação do trabalhador coletivo, de forma a conter muito mais do que os trabalhadores produtivos na primeira definição, exhibe alguma analogia com o movimento mais geral do livro Trabalho na contemporaneidade. Tal como ampliou-se deixando ele de ser o intercâmbio orgânico do homem com a natureza para se converter na totalidade da práxis social, o trabalhador coletivo também é ampliado para acomodar em seu interior trabalhadores produtivos e improdutivos, assalariados das empresas privadas e funcionários públicos. E, do mesmo modo como se perdeu a distinção entre trabalho e a totalidade das atividades humanas, perdeu-se também o que distingue o trabalhador coletivo do conjunto dos trabalhadores. Agora toda e qualquer profissão resultante da divisão social de trabalho e que não se realize isoladamente (como é o caso dos profissionais liberais); toda atividade que seja “acionada” pelas empresas ou pelas instituições estatais (...) compõe o trabalhador coletivo. (LESSA, Sergio, 2011, p. 102-103)

Sobre essa questão, de maneira enfática Lessa (2011) compreende como um “conceito ambíguo” (Ibid., p. 103), ou seja, todos os caminhos traçados por Yamamoto (1998) para embasar sua tese sobre o Serviço Social como trabalho são inconclusivos para Lessa (2011), tanto que o autor questiona seu referencial marxista, ainda que a noção de Yamamoto (1998) esteja relacionada ao trabalho abstrato no sentido marxiano, o autor julga a concepção de Yamamoto (1998) como imprecisa e conclui que o Serviço Social não é trabalho, afinal não é capaz de transformar a natureza, agindo nas relações sociais estritamente, não existindo nenhuma justificativa que o insira nesse âmbito. Porém, em concordância com Yamamoto (2010) é fato que o trabalho não restringe-se a relação homem/ natureza, estando sim incluído na divisão sociotécnica do trabalho.

A perspectiva de Lessa (2011) expressa implicações arriscadas para a compreensão dos fenômenos sociais contemporâneos vivenciados na sociedade capital, posto que a negação dos serviços enquanto trabalho intelectual/imaterial - existem muitos títulos e nomes para esse

conceito conforme a perspectiva dos autores supramencionados – compromete a clareza sobre as manifestações do fenômeno da precarização social do trabalho e as respectivas consequências para a classe trabalhadora. Ora se a acumulação de riquezas do sistema do capital está consubstanciada na degradação e exploração da força de trabalho, não compreender os serviços enquanto trabalho colocaria em questionamento a própria atualidade da teoria social marxiana, ou seja, a própria tese de Lessa (2011) que se apresenta como marxista se tornaria contraditória e incoerente. Tal concepção equivocada de Lessa (2011) concordaria com o próprio “fim da sociedade do trabalho”, uma vez que vivemos numa sociedade eminentemente de serviço, trabalho virtual, imaterial, intelectual na era da robótica, o que o próprio Ricardo Antunes (2007) já criticou, contundentemente, em “Adeus ao Trabalho”.

A escolha deste debate para o trabalho ora em apresentação se justifica pela necessidade de defender a perspectiva do Serviço Social enquanto trabalho, ampliando a compreensão da sua inserção em processos de trabalho, nos termos do que discute Iamamoto (2015), e as repercussões para a construção de um projeto profissional que busca a concretização de um projeto ético-político frente aos desafios do fenômeno macroestrutural da precarização social do trabalho. Ora, enquanto trabalho é possível compreender a correlação de forças entre capital e trabalho na qual o profissional do Serviço Social se insere enquanto assalariado que vende sua força de trabalho para o Estado (e organismos mediadores) e para as Empresas, o que apresenta limites e possibilidades ao seu cotidiano laboral. Esse mesmo Estado que reproduz modelos de governança e proporciona o desmonte das políticas sociais, demarcando fronteiras e impasses para o desenvolvimento do trabalho profissional do Serviço Social.

Nesse sentido, o debate acerca do Serviço Social como trabalho mostra o avanço ocorrido na profissão, sendo um marco na visão crítica no período de renovação, elucidando maior reflexão sobre a natureza profissional e seu significado social. Nesse ponto, os autores aqui analisados concordam e comprovam isso em suas palavras:

O debate acerca da relação entre trabalho e Serviço Social é sinal do crescimento e intensificação da produção no Serviço Social, das investigações teóricas de que necessita e, ao mesmo tempo, indica o desenvolvimento de uma relação mais rica e dinâmica com o conjunto das Ciências Humanas. Sem termos isto em mente, poderemos deixar escapar algumas das mais dinâmicas potencialidades do debate em curso (LESSA 2000, p. 37).

Em conformidade, segue a afirmação de Iamamoto (2008):

O ponto de partida do debate é, certamente, a concepção da profissão elaborada pela autora na década de 80. A hipótese é que essa análise da profissão inserida na

divisão sociotécnica do trabalho foi largamente incorporada pela categoria profissional, tornando-se domínio público, o mesmo não ocorrendo com seus fundamentos referentes ao processo de produção e reprodução das relações sociais (IAMAMOTO 2008, p. 213).

Iamamoto (2000) declara estar subsidiada pela teoria marxista e com base nos seus estudos compreende o Serviço Social como trabalho. Para ela,

o Serviço Social contribui para a produção e reprodução desta sociedade, ele participa deste processo enquanto trabalhador coletivo que, por meio de seu trabalho, garante a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho. É desta forma, uma profissão socialmente necessária "[...] por que ela atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora" (IAMAMOTO, 2000, p. 67).

As mudanças societárias têm efeito direto nas alterações ocorridas no mundo do trabalho citadas no capítulo anterior, trazendo mudanças significativas nesse cenário, o que repercutiu também no Serviço Social (NETTO, 1996). É na década de 1980 que o Serviço Social é percebido como “uma especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo na sociedade.” (IAMAMOTO, 2015, p. 22).

Acerca dos instrumentos de trabalho do Serviço Social, Iamamoto (2006) afirma que esses não se resumem num “arsenal de técnicas”, as quais abrangem entrevistas, plantão, encaminhamentos, etc.

A noção estrita de instrumento como mero conjunto e técnicas se amplia para abranger o conhecimento como um meio de trabalho, sem o que esse trabalhador especializado não consegue efetuar sua atividade ou trabalho. As bases teórico-metodológicas são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade, imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo em que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente à prática profissional, podendo ser dispensado; mas, é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. Nessa perspectiva, o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos pelo Assistente Social ao longo do seu processo formativo são parte do acervo de seus meios de trabalho. (IAMAMOTO, 2006, p.62-63).

De acordo com Iamamoto (2006, p. 69-70), ainda que o trabalho desenvolvido pela assistente social não produza diretamente riqueza, essa profissional é considerada integrante de um trabalhador coletivo

[...] o Serviço Social é um trabalho especializado, expresso sob a forma de serviços, que tem produtos: interfere na reprodução material da força de trabalho e no processo de reprodução sociopolítica ou ideo-política dos indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2006, p.69).

O trabalho profissional da assistente social possui, conforme Iamamoto (2006) uma dimensão política:

As condições e relações sociais que circunscrevem o trabalho do assistente social atribuem à profissão uma dimensão política por excelência, que não se confunde com a militância político partidária. Apoia-se no fato do seu trabalho realizar-se inscrito em relações de poder, inerentes às relações sociais entre classes que estruturam a sociedade capitalista. A face visível dessas relações, para aqueles que as vivem no contra verso do poder, são as desigualdades expressas nas múltiplas formas de exploração, subordinação e exclusão do usufruto das conquistas da civilização por parte de segmentos majoritários da população. (IAMAMOTO, 2006, p.146)

Nesse contexto insere-se o projeto ético político-profissional, que será considerado mais adiante neste trabalho, exercendo um caráter eminentemente político. À profissional do Serviço Social no seu trabalho profissional compete o desafio de conhecer e compreender os limites institucionais, como aponta Iamamoto (Ibid., p. 106-107):

[...] um dos desafios maiores para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca a sua identidade. Evita-se, assim, o risco de reificar o Serviço Social tratando-o como coisa natural, dotado de uma legalidade invariável no tempo e espaço. (IAMAMOTO, 2006, p.106-107)

3.2. NOTAS SOBRE A POLÍTICA DE SAÚDE

A fim de subsidiar maior compreensão acerca da área do espaço socio-ocupacional em questão, reuniu-se informações contidas em pesquisas existentes sobre a saúde no Brasil e seus principais aspectos. De maneira sucinta, seguem considerações importantes sobre a política pública que ainda se constitui como maior campo de atuação das assistentes sociais atualmente.

O conceito de saúde contido na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.080/1990 ressalta as expressões da questão social ao apontar que

“a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, 1988, artigo 196)

A Constituição de 1988 indica como fatores determinantes e condicionantes da saúde,

“entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços

essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País.” (Lei nº 8.080/1990, artigo 3º).

Nessa sequência, no artigo 198, têm-se a definição do SUS, com suas diretrizes pautadas na participação social e descentralização, segundo Polignano (2001):

o texto constitucional demonstra claramente que a concepção do SUS estava baseada na formulação de um modelo de saúde voltado para as necessidades da população, procurando resgatar o compromisso do estado para com o bem-estar social, especialmente no que refere à saúde coletiva, consolidando-o como um dos direitos da cidadania. Esta visão refletia o momento político porque passava a sociedade brasileira, recém saída de uma ditadura militar onde a cidadania nunca foi um princípio de governo. Embalada pelo movimento da “diretas já”, a sociedade procurava garantir na nova constituição os direitos e os valores da democracia e da cidadania. (POLIGNANO, 2001, p. 22).

As assistentes sociais enfrentam o constante desafio de atuar numa sociedade capitalista. Sendo contratadas pelo capital e atendendo aos interesses da classe trabalhadora, cabe às profissionais a busca pela reafirmação desses direitos, direitos esses que muitas vezes são ocultos a quem se destina, pelo fato de serem confundidos como favor, benesse.

No âmbito das políticas sociais, a saúde tem exercido destaque em anos recentes por ser uma reivindicação constante e configurou-se demanda consistente de seus atores estratégicos na busca por mudanças, de acordo com Pereira (2002). No texto intitulado “A saúde no sistema de seguridade social brasileiro”, Potyara Pereira volta o olhar para o Sistema de Seguridade Social, fruto da Constituição de 1988⁵, realizando uma crítica quanto aos interesses contrapostos que envolvem o sistema de saúde brasileiro.

Em 1986, houve a VIII Conferência Nacional de Saúde, segundo Bravo (2000, p. 109), “a VIII Conferência, numa articulação bem diversa das anteriores, contou com a participação de 4.500 pessoas, dentre as quais mil delegados.” Bravo (2000) acredita que as pautas mencionadas no evento ampliaram as dimensões de seus foros específicos, ao passo que relacionou a saúde à sociedade, enriquecendo o debate na área.

Para Pereira (2002) essas discussões contribuíram para que a saúde ganhasse maior espaço na Constituição:

Não por acaso, a saúde ganhou na Constituição uma seção mais detalhada no Capítulo da Seguridade Social do que as suas congêneres. Nessa seção estão contidas muitas das bandeiras defendidas pelo movimento da Reforma Sanitária, a

⁵ A Constituição de 1988, também chamada de constituição cidadã, representa um marco na história do Brasil. Isso porque ela se constrói tendo como eixo os princípios de direitos humanos a partir dos quais se definem as responsabilidades do Estado. A Nova Constituição Brasileira incorporou novos ideais e garantiu o direito à saúde para todo cidadão, transformando-a num dever do Estado, através da criação de um sistema de acesso universal e igualitário, com ações voltadas para sua promoção, proteção e recuperação. (Brasil, 1988; Capítulo II; Pereira et al, 2003).

saber: concepção da saúde como direito de todos e dever do Estado; acesso universal e igualitário às ações e serviços; relevância pública da política; comprometimento do Estado com a sua regulamentação, fiscalização e controle; integração das ações compondo um sistema único de atendimento; descentralização das decisões e ações da esfera federal de governo para a estadual e municipal, com comando único em cada esfera; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade na formulação e no controle da política. (PEREIRA, 2002, p. 40)

Assim como outras políticas públicas, a efetivação da saúde como direito não foi facilmente aceita. Pereira (2002, p. 40) destaca que na Assembléia Nacional Constituinte, a discussão sobre a saúde “transformou-se em uma arena real de conflitos de interesses”. Quanto a isso Bravo (2000, p. 109) relata que o confronto estava entre os grupos privados empresariais prestadores de serviços ou ligados à indústria farmacêutica e os adeptos da Reforma Sanitária.

Além disso, Pereira (2002, p. 46) cita um desafio que impossibilita avanços sociais:

Têm-se, assim, a partir de 1990, o estabelecimento de uma trincheira contra-reformista impeditiva dos avanços no campo da Seguridade Social, com o aval do governo central. E essa trincheira tinha a respaldá-la **a ofensiva neoliberal** (grifo nosso) que encontrou no país fatores condicionantes, a saber: um governo simpático às teses neoliberais e articulador de forças conservadoras; a aceleração inflacionária, não obstante os intentos governamentais de dominá-la com fugazes planos de estabilização e ajustes recessivos; e a chamada crise do setor público. (PEREIRA, 2002, p. 46).

Na concepção de Pereira (2002) existem muitos impasses para “a saúde como direito de todos e dever do Estado”, como previsto no artigo 196⁶ da Constituição Federal de 1988. A autora considera pouco provável uma “coalizão pró SUS”, para tanto considera importante que persistam as discussões para a consolidação dos direitos à saúde, transformando-a em uma questão política, na tentativa de barrar interesses conservadores.

Ao abordar a política de saúde no Brasil, Maria Inês Souza Bravo (2006, p.20) afirma que os avanços ocorridos no SUS ainda não chegam perto do SUS constitucional, embora o sistema tenha uma proposta de universalidade, o SUS “foi se consolidando como espaço destinado aos que não tem acesso aos subsistemas privados”, o que remete à segmentação. Bravo ainda salienta:

O Projeto de Reforma Sanitária está perdendo a disputa para o Projeto voltado para o mercado. Os valores solidários que pautaram as formulações da concepção de Seguridade Social, inscrita na Constituição de 1988, estão sendo substituídos pelos

⁶ Na íntegra: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

valores individualistas que fortalecem a consolidação do SUS para os pobres e a segmentação do sistema. (BRAVO, 2006, p. 21).

Nas suas considerações, Bravo (2006) aponta que a política de saúde encontra-se ameaçada, ao passo que os desafios postos na atual conjuntura aprofundam as desigualdades existentes no nosso país e termina por ferir os princípios do SUS, sendo eles: universalidade, equidade, integralidade, participação social e descentralização, esses como base para criação do SUS idealizados na Constituição de 1988.

No SUS, as relações contratuais entre os contratantes e prestadores de serviços de saúde são definidas em leis, portarias e normas, constituindo a regulação. No que diz respeito às instituições privadas, objeto de análise deste trabalho, os contratos entre as empresas de natureza privada e seus consumidores devem estar orientados pela lei Nº 9656/98.

A regulamentação dos planos de saúde ocorre entre 1991 e 1998, sendo fruto das demandas levantadas por seus consumidores, constituindo-se um marco regulatório no âmbito da saúde suplementar. Segundo a Agência Nacional de Saúde Suplementar:

A Lei possibilitou mudanças estruturais profundas no setor, que refletiram diretamente na ampliação da assistência à saúde. Antes da regulamentação do setor, havia a livre definição da cobertura assistencial, dos reajustes e de períodos de carências, contratos pouco claros para o consumidor e situações que possibilitavam até mesmo a exclusão de beneficiários. A partir da Lei nº 9.656/98, foram definidos os períodos de carência, os reajustes passaram a ter critérios de controle, além da proibição dos limites quanto à internação dos beneficiários, da rescisão unilateral dos contratos e da possibilidade de seleção dos beneficiários quanto ao risco, garantindo acesso amplo aos planos de saúde. (ANS, 2013)

3.3. O PERCURSO METODOLÓGICO

O desenho da pesquisa deste trabalho foi construído a partir de uma abordagem qualitativa constituída pela técnica da observação participante desenvolvida na experiência de estágio supervisionado no curso de Serviço Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA num período de um ano e sete meses. O corpus empírico se deu no setor de Serviço Social em um hospital privado, em Salvador da Bahia, cuja principal referência é na área de obstetrícia.

É importante elucidar que o estágio supervisionado em Serviço Social da UFBA está consubstanciado no projeto político-pedagógico do curso, no Regulamento interno de Estágio, em atendimento ao que dispõe a Política Nacional de Estágio Supervisionado em Serviço Social, a Lei Nº11.788 de 25 de setembro de 2008, de outra parte, o Regulamento de Estágio está em consonância com o projeto ético-político do Serviço Social, o que possibilita e prioriza a busca pela concretização da práxis, construindo caminhos reflexivos entre a teoria e a prática, por meio, especialmente, da supervisão e acompanhamento do aprendizado no

âmbito acadêmico e no campo sócio-ocupacional, através de uma supervisora da Universidade e uma supervisora na Instituição do respectivo estágio.

Nesses termos, as informações foram coletadas na experiência do estágio obrigatório e não-obrigatório, por meio dos registros no diário de campo, a partir do compartilhamento da vivência por cinco dias da semana, o que possibilitou uma interação fundamental para a compreensão da realidade e cotidiano vivenciado pelo Serviço Social da Instituição hospitalar.

Diante do contexto em que o estágio foi inserido, dos desafios apresentados na instituição, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a qual, segundo Gil (2008, p. 45), tem como principal vantagem o “fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Além do referencial teórico, a vivência no campo trouxe considerações importantes para o desenvolvimento deste trabalho, a partir de pesquisa exploratória, empírica e bibliográfica, essa última já citada.

A observação participante durante o período de estágio numa instituição de saúde de natureza privada foi fundamental para embasar este trabalho, pelo fato de haver nesse momento maiores possibilidades de aproximação entre a indissociável relação entre teoria e prática. Por isso, neste trabalho serão analisadas questões relacionadas aos conflitos e contradições enfrentados pelas profissionais do Serviço Social, análise que nos conduzirá a um debate acerca dos limites e possibilidades de atuação das profissionais respaldadas pelo Código de Ética do Serviço Social e pelo Projeto Ético-Político.

A vivência do estágio possibilita ainda mais a compreensão sobre a contradição que permeia a profissão, ao passo da aproximação da rotina profissional. A instituição de saúde em que consiste o relato de experiência proferido aqui, por exemplo, dispõe de apenas duas assistentes sociais para a unidade inteira, sendo uma por plantão, o que precariza ainda mais o trabalho profissional.

É neste sentido que é possível afirmar que a teoria e a prática são indissociáveis.

O ponto de partida teórico e prático para o movimento de conscientização é a própria realidade, a realidade concreta histórica como um todo, e que se manifesta nas particularidades de cada situação [...] A conscientização não se produz num movimento de ideias, mas se enraíza nas situações concretas, nas contradições, nas lutas cotidianas para superação dessas contradições. (FALEIROS, 1981, p. 99-100)

Cabe ao profissional do Serviço Social, esforçar-se em fazer jus ao seu principal papel: A viabilização do acesso à garantia de direitos. A profissão do Serviço Social na instituição de privada de saúde aqui analisada tem o privilégio de poder contribuir com isso para os

usuários, cumprindo as competências atribuídas ao assistente social pela Lei nº 8.662/1993, no art. 4:

Encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população [e] orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos. (CRESS/ SC, 1999)

O ideal é que dentro de uma instituição o Serviço Social seja orientado e norteado por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional, devendo ser seguidas e respeitadas, mas muitas instituições não respeitam esse fator, e devido à realidade que se enfrenta hoje em dia com alto índice de desemprego, as profissionais se submetem a seguir as exigências da empresa, enquanto também classe trabalhadora que vende a força de trabalho, e não exercita sua autonomia relativa.

A unidade de saúde de natureza privada aqui analisada possui diversificado perfil de atuação. Além de especialidades como ginecologia, obstetrícia e neonatologia, o Hospital dispõe de outras áreas de atuação, como cirurgias gerais de pequeno e médio porte, tratamento para obesidade, dentre outros. Conta ainda com um centro médico com consultórios para atendimentos em diferentes áreas médicas. O público alvo sua maioria é formado por mulheres na faixa etária dos 30 anos, usuárias de plano de saúde, residentes na cidade de Salvador e região metropolitana.

O Serviço Social da unidade fica localizado no térreo, o qual funciona em uma sala anexa ao SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente). No setor, a profissional do Serviço Social conta com um computador, um telefone, um celular corporativo, uma impressora multifuncional que dispõe: Xerox, impressões, fax e scanner, além de outra impressora para documentos coloridos. A locomoção das assistentes sociais é por conta própria. A empresa disponibiliza um cartão pessoal para passagens.

A equipe do Serviço Social é constituída por duas assistentes sociais, que por meio do livro de ocorrências e telefonemas comunicam as demandas do plantão e duas estagiárias, uma na modalidade curricular e outra não-curricular.

Na vivência do estágio foi possível perceber que grande parte do público do Hospital dispõe de recursos próprios, tendo uma condição financeira relativamente “estável”, essa afirmação parte das informações contidas em documentos pessoais que chegam até o setor, como por exemplo, a Declaração de Nascidos Vivos dos bebês que nascem na maternidade da unidade de saúde aqui referida, as quais são protocoladas e arquivadas pela estagiária do

Serviço Social para posteriormente serem notificadas em sistema e encaminhadas pela Assistente Social à Secretaria Municipal de Saúde do município de Salvador.

Além disso, as fichas sociais realizadas pelo Serviço Social permitem a identificação de algumas famílias mais vulneráveis, apresentando expressões da questão social como: conflitos familiares, desemprego, trabalho precário, dificuldade em custear os serviços da Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) Neonatal e UCI adulto, e também dificuldades quanto ao plano de saúde, pois em casos de recém-nascidos que nascem mediante o plano dos avós, segundo a lei de cobertura no plano de saúde, só estão cobertos 30 dias, porém nem todos os planos permitem que estes sejam inseridos no convênio.

O Quadro I abaixo indicará as demandas que são descritas como rotinas do Serviço Social na Instituição. Faz-se importante a descrição dessas atividades, pois quando as profissionais não constroem mediações e reflexões críticas sobre as demandas imediatas e cotidianas, não contribuem com o fortalecimento do projeto ético-político profissional (PEPP), nem mesmo com a ampliação da cidadania dos usuários e a democratização do acesso à saúde. Tais atividades que respondem ao burocratismo, no período do estágio, foram observadas como corriqueiras no cotidiano profissional da assistente social, encaminhadas como demandas por diversos setores, desde a equipe multiprofissional de saúde, à busca espontânea dos usuários, ao encaminhamento pelas políticas e instituições externas, e principalmente coordenação do setor.

Quadro I: Atividades desenvolvidas pelo Serviço Social

| DEMANDAS APRESENTADAS | CONDIZ COM PEPP? | ANÁLISE DAS DEMANDAS |
|---|------------------|---|
| Visitas diárias aos pacientes, objetivando conhecer suas necessidades, orientar quanto aos direitos previdenciários; | Sim | Tal ação fortalece o usuário do Serviço Social enquanto cidadão. Por isso cabe a realização desta atividade à assistente social, de modo a orientar e fortalecer os direitos dos usuários. |
| Orientações quanto às normas e rotinas institucionais, bem como regulamento interno | Não | Este direcionamento é imposto na instituição como modo de “controle” do acesso dos usuários a algum serviço e na própria unidade, com um discurso que nega o acesso livre. |
| Avaliar satisfação com os serviços prestados, com o objetivo de identificar aspectos que precisam ser reforçados e ou corrigidos, através de preenchimento junto ao usuário do formulário intitulado “Pesquisa de Satisfação do Cliente”. | Não | Ao realizar esta demanda, a assistente social passa a “amenizar”/ “controlar” as inquietações apresentadas pelos usuários quanto às suas impressões de diversos setores, o que tende a inibir uma ação emancipadora do usuário, o que contradiz o PEPP na perspectiva de uma sociedade justa e igualitária. |
| Desenvolver ações de educação em | Sim | A saúde é direito de todos, e na perspectiva do direito cabe à assistente social criar estratégias para |

| | | |
|--|-----|--|
| saúde; | | discutir com a instituição e os usuários o acesso às políticas públicas, enquanto detentora dessas informações, a partir de referencial teórico e devidas atualizações acerca disso. |
| Transferências e remoções de pacientes para outra Unidade Hospitalar; | Não | Trabalho de cunho administrativo-burocrático exige a ação das assistentes sociais como profissionais especializadas. A assistente social deve participar desse processo como profissional da equipe de saúde, obtendo informações específicas que contribuam com a superação das necessidades dos usuários, apenas. |
| Orientações quanto a tramites legais em caso de óbito; | Sim | Subsidiada pela PNAS e atentando-se às políticas públicas, a assistente social deve observar se existe naquele caso atendido violação de direitos sociais e, se necessário, saber acionar rede local a fim de garantir o sepultamento sem custos, quando preciso. |
| Suporte sócio emocional em caso de óbito | Sim | Neste caso, Vasconcellos (2003) norteia que o Serviço Social junto à equipe médica pode participar no sentido de acolher a família, mas o informe do óbito é dever médico, exclusivamente. |
| Avaliação e liberação para permanência de acompanhantes nas enfermarias; | Não | Constituí-se uma atividade burocrático-administrativa, estando inserida na manutenção da ordem e controle da unidade, no entanto, tratando-se de menores de 18 anos e maiores de 60 anos, cabe a intervenção do Serviço Social. |
| Viabilização de outros especialistas e exames externos para pacientes internados, conforme solicitação do médico assistente; | Não | O contato com equipe médica e multiprofissional de saúde deveria acontecer quando vinculado à discussão de caso clínico/social acerca das condutas a serem tomadas, de forma a viabilizar escolhas, necessidades, diversidades e subjetividade de cada paciente. No caso aqui atribuído, é uma atividade meramente administrativa, a qual deveria contar com um auxiliar administrativo, não sendo competência da assistente social. |
| Acompanhamento de solicitação de Home CARE para pacientes internados; | Não | Possui um cunho burocrático-administrativo, porém constitui-se direito do paciente, estando inserida nessa atividade, a assistente social viabiliza o acesso a tal, além de possibilitar maior contato com família/ paciente em orientação e acolhimento. |
| Supervisão do SAC (Serviço de Atendimento ao Cliente); | Não | A lei 8662/93 que regulamenta a profissão, no art. 5º é precisa quando constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; O SAC nada tem a ver com o Serviço Social, constituindo uma discrepância com o PEPP. |

| | | |
|--|-----|---|
| Palestrante no “Curso Casal grávido” ⁷ ; | Sim | O Serviço Social ganha visibilidade e coloca-se à disposição dos usuários nesse curso, ao passo que os orienta sobre os direitos previdenciários, afirmando o que lhe cabe como cidadão. |
| Entrevista Social; | Sim | É um instrumento de trabalho do Serviço Social que conduz a uma melhor adequação de intervenção, quando bem utilizada, de modo que através dela seja possível identificar as demandas do usuário entrevistado, por refletir a subjetividade do sujeito, podendo contribuir para um atendimento ainda mais humanizado. |
| Demanda espontânea; | Sim | Quando essa demanda chega até o Serviço Social através do usuário, este deve ser acolhido e realizado atendimento por meio de escuta qualificada, porém caso seja identificado algo que não é competência da assistente social, o usuário deve ser orientado e encaminhado ao setor responsável. |
| Viabilizar acesso à garantia de direitos aos menores de 18 anos e maiores de 60 anos | Sim | A partir dos seus conhecimentos sobre políticas públicas, cabe à assistente social promover diálogos e discussões objetivando o devido procedimento das instituições de saúde, de modo a garantir os direitos desses usuários. |
| Solicitação de restrição de visitas | Não | Caso esta ação apareça como estritamente burocrático-administrativo, insere-se a necessidade de reflexão acerca da prática, porém embora seja um ato administrativo-burocrático, a necessidade de intervenção da assistente social parte do desejo do usuário, em casos de violência doméstica, íntima, por exemplo. |
| Solicitação de contato com familiar para busca do paciente | Não | Atividade que pode ser identificada e trabalhada junto à equipe médica), pública local (Prefeituras) e com os familiares. |
| Contato telefônico com os familiares em caso de alta hospitalar de recém nascidos | Não | As famílias quando presentes nas visitas a UCI Neonatal, tornam-se acessíveis à equipe multiprofissional de saúde, portanto este contato pode ser realizado ainda que na ausência do Serviço Social. |
| Supervisão de estagiárias; | Sim | Atribuição prevista no Art. 5, Inciso 6 da Lei 8662/1993 que contribui para a qualidade na formação e no exercício profissional. |
| Encaminhamento de placenta, restos ovulares e feto morto para setor de | Não | Trabalho de cunho administrativo-burocrático, o qual não deve ser desenvolvido pela assistente |

⁷ Trata-se de um curso para gestantes e seus companheiros, destinado a esclarecer dúvidas sobre o período da gestação, o parto e o pós-parto. Esse curso é realizado periodicamente no auditório da unidade, para turmas de 30 casais, com uma carga horária total de 8 horas, sempre na manhã de um sábado. O curso é ministrado por uma equipe de profissionais do Hospital, composta por obstetras, pediatras, neonatologistas, enfermeiras, nutricionistas, fisioterapeutas, anestesistas e assistentes sociais. Para participar, a mãe interessada deve estar no período gestacional, de 20 a 28 semanas, e possuir plano de saúde credenciado ao Hospital.

| | | |
|--|-----|--|
| anatomia patológica; | | social, porém quando chega tal demanda ao setor, é possível fazer um acolhimento à família ou paciente que muitas vezes encontram-se fragilizados diante da perda. |
| Recebimento/ Devolução de Declarações de Nascidos Vivos (D.N.V's) e Declarações de Óbitos (D.O's) à Secretaria Municipal de Saúde; | Não | Trabalho de cunho administrativo-burocrático. |
| Distribuição de D.N.V's e D.O's para outros setores do hospital; | Não | Trabalho de cunho administrativo-burocrático. |
| Participação em reuniões multiprofissionais e reuniões com os pais de recém nascidos internados na UCI Neonatal; | Sim | Faz-se de extrema importância para o exercício profissional, porque através desse contato é possível identificar demandas que necessitam da intervenção da Assistente Social, até mesmo no que se refere à viabilização da garantia dos direitos dos usuários atendidos. |
| Oferecer atestados para acompanhantes. | Não | É uma atividade de fato administrativa-burocrática, a qual seria melhor aplicada à recepção do hospital, porém é direito do acompanhante ter o atestado de comparecimento, e acaba configurando-se uma demanda espontânea, na qual é possível realizar um atendimento para acolhimento àquele usuário. |

Fonte: Elaboração própria

3.4. A CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO EXERCÍCIO DA AUTONOMIA RELATIVA PROFISSIONAL: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES

Pretende-se neste capítulo, realizar uma reflexão quanto ao Projeto Ético-Político do Serviço Social e a construção do Código de Ética da Profissão (1993). Ambos propiciam uma visão ampliada de mundo, com novas possibilidades de escolha e alternativas que podem ser adotadas com o objetivo de ultrapassar os limites impostos no trabalho profissional. Ao avançarmos na discussão, far-se-á uma articulação com o relato de experiência vivenciado no estágio realizado em uma instituição de saúde pela autora deste trabalho, trazendo uma problematização quanto à relativa autonomia da profissional do Serviço Social enquanto trabalhadora assalariada.

Os debates sobre o projeto-ético político têm princípio com a intenção de ruptura da profissão com o pensamento conservador, ao passo que a profissão adota uma percepção crítica de atuação, insere-se um projeto profissional representando conquistas históricas, trazendo novos paradigmas no modo de compreender a profissão.

O Código de Ética e o Projeto Ético-Político atuais da profissão suscitam a crítica, visam redimensionar o significado dos valores e compromissos ético-profissionais, oferecer referências e instrumento normativo para o exercício profissional, marcando uma

descontinuidade com as perspectivas do neotomismo e o funcionalismo, influências predominantes na gênese do Serviço Social, frutos do conservadorismo.

Por tratar-se de um esforço coletivo e societário, o Projeto Ético-Político do Serviço Social, segundo Netto, apresenta “uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la”. (NETTO, 2001, p. 02). A partir da análise da realidade na sua totalidade busca-se o entendimento das demandas emergentes da sociedade.

Os projetos societários podem ser entendidos como projetos de classe, projetos esses que compreendem outras determinações que envolvem gênero, etnia, cultura, etc, estando também presente o âmbito político, tais projetos não são estáticos, renovam-se e transformam-se no decorrer da história da sociedade. De acordo com Netto (2011), é com a liberdade política, de escolha, de voto e outras conquistas sociais, os projetos societários ganham maior visibilidade e aceitação da sociedade civil, encontrando nesses estratégias para reivindicação seus direitos.

A formulação e implementação do Código de Ética de 1993 proferiu momentos politizadores e de produção coletiva.

Sendo assim, as discussões da década de 1990 colocaram o debate ético no interior dos eventos nacionais da categoria, tais como o VII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em São Paulo, em 1992, que inaugurou o Painel Temático de Ética, passando a incentivar a produção de uma reflexão sistemática, referenciada em pensadores clássicos e contemporâneos, abrangendo diversos aspectos da profissão e dimensões da realidade e impulsionando a produção da pesquisa no campo da ética. (BARROCO, 2012, p. 50)

O código de ética manteve os princípios e valores que aproximam a profissão através de uma conexão orgânica com os setores mais progressistas da sociedade, ou seja, o trabalho profissional é inerente à construção de um projeto profissional numa direção social, atuando na defesa dos direitos dos trabalhadores e da preservação da vida humana.

A fim de cumprir com o seu compromisso ético-profissional, cabe à assistente social se apropriar do arcabouço teórico em que a profissão se baseia, a fim de pautar suas ações em uma perspectiva crítica, na qual consiste a elaboração do Código de Ética de 1993. Os valores presentes no Código estão no interior da práxis, isso porque supõe uma ação concreta e uma reflexão ética e crítica.

Os princípios e valores éticos defendidos pela categoria profissional em consequência das conquistas históricas afirmam as possibilidades concretas de realização da liberdade e da emancipação humana, porém não basta à profissional do Serviço Social criar consciência

acerca dos valores, a fim de exercer a ética profissional, é necessária a construção objetiva de respostas profissionais às demandas subjetivas postas ao trabalho profissional e que resultam de necessidades sociais determinadas pelo campo contraditório dos interesses de classe, buscando assegurar no exercício da profissão, uma direção ética e política de resistência aos domínios do capital.

Esse foi um avanço do CE de 1993 em face do CE de 1986, pois, ao estabelecer as mediações entre os projetos societários e profissionais, ofereceu respostas objetivas ao exercício profissional, explicitando a relação entre os valores essenciais e as suas formas de objetivação no âmbito das instituições, nos limites da sociedade burguesa, partindo do pressuposto que elas não se esgotam em si mesmas: devem ser realizados na perspectiva de seu alargamento, com a consciência crítica de seus impedimentos, na direção do fortalecimento das necessidades dos usuários, tratados em sua inserção de classe. (BARROCO, 2012, p. 60).

O desafio à efetivação do Código de Ética Profissional e do Projeto Ético-Político consiste na persistência da ideologia da sociedade burguesa, essa classe cria necessidades e valores que são incorporados individualmente pelos indivíduos como se efetivamente representassem interesses e necessidades coletivas, sendo, no entanto, expressão de interesses particulares de um determinado grupo social. A sociabilidade burguesa põe limites concretos para a execução e ampliação de valores como a liberdade, democracia, justiça social, cidadania e até mesmo sobre a ética e o campo dos direitos humanos.

As dificuldades que as assistentes sociais enfrentam na tentativa de materializar o Projeto Ético-Político justificam-se em uma série de elementos inseridos no atual sistema capitalista, a exemplo a sociedade do consumo e individualismo que se formou, colocando em risco a importância dos direitos sociais e humanos. Presente nisso, está a correlação de forças frente ao contexto capitalista e neoliberal em que a profissão está inserida, o que envolve

confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscrita nos processos de hegemonia/contra-hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que os grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos, fundados nas relações de exploração e de poder. Nesse sentido, os efeitos da prática profissional enquanto “suprir carências”, “controlar perturbações” ou “legitimar o poder” implicam correlações de forças (mediações econômicas, políticas e ideológicas) que se articulam com outros efeitos, como pressionar o poder, ter direito à sobrevivência ou questionar a instituição. Foi o que posteriormente consideramos metodologia da articulação. O processo de intervenção é visto, aí, para além do relacionamento e da solução imediata de problemas através de recursos, no contexto das relações sociais. Na particularidade do serviço social, é fundamental destacar a intervenção nas condições de vida e de trabalho (re-produzir-se) articuladas à formação da identidade individual e coletiva (re-presentar-se) na vinculação sujeito/estrutura (...). O objeto do serviço social, como vimos, se constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuário instituição em que emerge o

processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais ou patrimônios individuais e coletivos (FALEIROS, 1999, p. 44).

O fato da profissional do Serviço Social ser trabalhadora assalariada e dependente de uma empresa para exercer suas atividades, apresenta desafios e determinações de funções estabelecidas pelo empregador, o que envolve as cobranças de metas de produtividade, estabelecimento de prazos e infelizmente atribuições que não são competências da assistente social, como é o caso da pesquisa de satisfação, atividade imposta às profissionais na instituição em que a autora deste trabalho estagiou. O subsídio que pauta tal demanda posta pela Instituição atende ao propósito criticado por Chauí (2014) acerca da “ideologia da competência” que visa atender aos ditames do capital intermediado pelas instituições. Nesse sentido, a pesquisa de satisfação está no âmbito dos recursos humanos, relacionada à qualidade dos atendimentos realizados no Hospital em diversas áreas. Tal realidade dificulta a ampliação da relativa autonomia.

(...) ao vender sua força de trabalho em troca de salário (valor de troca dessa mercadoria), o profissional entrega ao seu empregador o valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida. Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se às exigências impostas por quem comprou o direito de utilizá-la durante certo período de tempo, conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações (IAMAMOTO, 2009, p. 97).

Nesse contexto, a assistente social assim como qualquer outro trabalhador assalariado está disposto as determinações do mercado de trabalho e as suas exigências. Esse mercado não visa um trabalho que preze a qualidade, mas sim um trabalho que corresponda às expectativas frente à sua urgência de acumulação capitalista, de modo tecnicista, que cumpra metas e que dê conta de todas as demandas exigidas em tempo hábil.

A conjuntura atual coloca desafios mais complexos ao mundo do trabalho. O assistente como trabalhador só se realiza quando sua força de trabalho é vendida no mercado por intermédio de determinadas condições e relações de trabalho. Meios e mediações tais como: um contrato (formal ou informal) que define as bases nas quais se dará o exercício profissional do assistente social (em termos de jornada de trabalho, funções, atribuições etc.), além de normas, rotinas, enfim, pela legislação trabalhista vigente. Estas definem o tipo de relação existente entre o profissional e a instituição, bem como determina as atividades/projetos para as quais é contratado, limita a sua autonomia que será sempre relativa ao contexto sócio histórico e à capacidade estratégica do profissional. (GUERRA, 2008, p. 06).

Constitui-se um desafio para a profissão a atuação contra a burocratização e tecnificação do trabalho no espaço socio-ocupacional em que se faz presente, tendo em vista o compromisso profissional da viabilização do acesso aos serviços para os usuários.

No tocante ao trabalho profissional da assistente social numa unidade de saúde, quando respeitado o que dispõe o Projeto Ético-Político, cabe à profissional fortalecer a democratização do acesso à saúde para os usuários.

Cabe destacar uma afirmação do documento do CFESS (2009):

as atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, sejam aquelas realizadas na saúde ou em outro espaço sócioocupacional, são orientadas e norteadas por direitos e deveres constantes no Código de Ética Profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão, que devem ser observados e respeitados, tanto pelos profissionais quanto pelas instituições empregadoras. (p.33)

E dentre os direitos dos assistentes sociais contidos no seu Código de Ética Profissional (1993), art.2º, afirma-se:

- a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;
- b) livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais e na formulação e implementação de programas sociais;
- d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;
- e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional

Dentre as ações visualizadas no campo de estágio, estavam: orientações quanto aos direitos sociais e previdenciários, apoio socioemocional nos casos de óbito, bem como orientações quanto a como proceder nesses casos, viabilização de acesso à garantia de direitos aos menores de 18 anos e maiores de 60 anos, orientações quanto à tutela, procuração e curatela.

De acordo com o CFESS (2009, p.41):

Os assistentes sociais na saúde atuam em quatro grandes eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional. A partir do exposto, se explicitará as principais ações desenvolvidas pelo assistente social nesses quatro eixos. Importante destacar que esses eixos não devem ser compreendidos de forma segmentada, mas articulados dentro de uma concepção de totalidade. (CFESS, 2009, p. 41).

Por outro lado, há as demandas que não são vinculadas ao Projeto Ético-Político do Serviço Social, mas que frequentemente são relacionadas ao setor, como a pesquisa de satisfação já citada, contatos e/ ou mediação desses com médicos e/ ou equipe multiprofissional da saúde, insatisfações quanto ao atendimento prestado na unidade, agendamento de exames ou consultas vinculadas a planos de saúde, transferências hospitalares, solicitação de restrição de visitas, solicitação de alimentação, solicitação de

contato familiar para busca do paciente, contatos telefônicos com familiares para comunicar alta hospitalar ou necessidade de dirigir-se à unidade por solicitação médica.

Ainda que disponha de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 2005 p. 63).

O que foi possível observar é que ainda que o Serviço Social da Instituição ora em análise desenvolvia uma visão crítica e compreendia o Código de ética e o Projeto Ético-Político que rege a profissão, por meio da fundamentação teórica e também consciência ética, entretanto, a relativa autonomia consiste num grande desafio do exercício profissional. O espaço de trabalho se torna um ambiente, muitas vezes desgastante, na instituição vivenciada no estágio, e, nesse cenário, a coordenação do Serviço Social parecia não compreender o que se constitui como demanda profissional por impor ao setor atividades burocráticas e restritivas que fugiam das prioridades, numa perspectiva crítica e política própria da concepção de uma sociedade dividida em classes, frente ao que orienta o Projeto Ético-Político.

Ainda que disponha de relativa autonomia na efetivação de seu trabalho, o assistente social depende, na organização da atividade, do Estado, da empresa, entidades não governamentais que viabilizam aos usuários o acesso a seus serviços, fornecem meios e recursos para sua realização, estabelecem prioridades a serem cumpridas, interferem na definição de papéis, e funções que compõem o cotidiano do trabalho institucional. Ora, se assim é, a instituição não é um condicionante a mais do trabalho do assistente social. Ela organiza o trabalho do qual ele participa. (IAMAMOTO, 2005 p. 63).

Há na instituição a percepção da assistente social como a profissional “faz tudo”, ou seja, todas as demandas que não são relacionadas a outra categoria profissional existente no Hospital, são conduzidas como atribuições da profissional do Serviço Social. A confusão na unidade de saúde analisada se intensificava porque a sala do Serviço Social é anexa ao Serviço de Atendimento ao Cliente do Hospital, por isso muitas atribuições do setor vizinho eram equivocadamente direcionadas à assistente social e por mais que a profissional negasse a execução das tarefas, era rotina reafirmar que as solicitações feitas ao setor consistiam em equívocos, esses proferidos não só por pacientes, mas também pelos profissionais dos outros diversos setores. A próxima localização entre os dois setores sinaliza outro aspecto importante, dessa feita, relacionada ao sigilo profissional como direito do usuário, já que o

que divide os setores é uma porta sanfonada, não sendo garantia de que o usuário se sinta à vontade no atendimento. Diante dessa condição, é importante atentar que

Na relação com o usuário, este deve ser colocado a par sobre a situação que demanda suas informações, para melhor se posicionar ou até mesmo se recusar a prestar as informações solicitadas. É importante que o usuário seja reconhecido como sujeito, de modo que tome conhecimento do conteúdo daquele trabalho e que as informações prestadas não serão banalizadas, ao contrário, pois estão sendo ditas a um profissional que possui qualificação, competência e ética profissional, o que pode permitir a construção de uma relação de confiança mútua. (SAMPAIO e RODRIGUES, 2014, p.91)

Outro desafio posto à materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social consiste na hierarquia e as relações de poder tão presentes, principalmente em se tratando do âmbito hospitalar, o que colocam desafios e limites para a profissão. Enquanto estagiária, a autora deste trabalho pôde perceber isso na tentativa de execução do seu Projeto de Intervenção direcionado aos pacientes e familiares da Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) – Adulto do Hospital. Houve muitas limitações, para tanto, a estagiária buscou dinamizar a ação elaborando um folder informativo destinado aos usuários/ familiares da UCI Adulto, porém esse material precisava ser analisado pelo Comitê de Ética para ser divulgado na instituição. Com isso, a supervisora de campo formalizou um e-mail solicitando a avaliação do informativo para a disponibilização na UCI, a fim de atender o que fora proposto no Projeto, mas não houve retorno, o que determinou a não distribuição do material produzido, e não concretização do projeto.

Verifica-se, pois, uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional para perfilar o seu trabalho. Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 16).

O fato dos resultados não responderem plenamente ao que foi planejado correspondia ao que já vinha sendo observado na Instituição sobre os limites impostos, possibilitando maiores reflexões com as supervisoras de campo na busca de alternativas, no sentido de readaptar as ações dentro das possibilidades apresentadas.

Desse modo, é importante ressaltar que o projeto de trabalho não é um mero instrumento e, muito menos, um manual a ser seguido; ele deve condensar as possibilidades e os limites colocados ao profissional para executar suas tarefas e deve iluminar sua constante avaliação da eficácia de seus instrumentos, técnicas e conhecimentos para atingir as metas propostas, que devem estar articuladas aos elementos presentes no espaço sócio-ocupacional, como também referendarem os compromissos profissionais. (COUTO, 2009, p. 4).

Essa experiência enquanto condição de estagiária contribui para a formação profissional frente aos desafios encontrados no exercício profissional na contradição que permeia a profissão, quanto mais quando se trata de uma instituição privada, a qual tende a atender os interesses do capital, pautado numa lógica de saúde mercadológica.

Os desafios colocados na sociedade capitalista de hoje exigem, cada vez mais, clareza, pois os desafios de trabalhar com necessidades sociais advindas da exploração do trabalho requerem um grande preparo teórico e técnico-operativo. Essas constatações indicam que os projetos de trabalho são necessários e essenciais, para não se sucumbir nas tramas do real e no pragmatismo individual que busca capturar o trato da questão social. Todos os assistentes sociais, quando da ocupação de um espaço profissional, estão desafiados a estabelecer projetos de trabalho que possam lhes assegurar o reconhecimento do valor social de seu trabalho e que servirão de instrumento potente na busca de afirmação do projeto ético político profissional. (COUTO, 2009, p. 12)

Inevitavelmente as profissionais ali inseridas lidam constantemente com a privatização da saúde, além da perda de espaços que poderiam ser democráticos e participativos pelos usuários, que deixam de ser tratados como pacientes/ cidadãos de direito para serem tratados como pacientes/ clientes, o que tende a fortalecer a relação clientelista/ privatista, tornando-se dependentes do que o seu plano de saúde lhe oferece conforme o valor pago. Nesse sentido, o cliente não percebe sua saúde como direito, mas sim o seu acesso à saúde ainda que precarizada como favor, o que passa a ideia do “merecimento”.

No que tange às orientações acerca dos direitos sociais e previdenciários, atividade constantemente realizada pelas estagiárias e profissionais da instituição de saúde aqui analisada, possibilita uma oportunidade para que a assistente social utilize seus diversos instrumentos técnico-operativos, como: a escuta qualificada, entrevista social para preenchimento de ficha, objetivando uma maior aproximação entre a profissional e o usuário, orientações sociais, e demais recursos diante do conhecimento pré-existente a partir dos autores estudados e atualizado no que diz respeito às políticas públicas e sociais, além das legislações vigentes que mudam constantemente, principalmente no cenário atual, repleto de regressões quanto aos direitos sociais.

O Serviço Social possui caráter eminentemente político no trabalho profissional ao lidar de forma comprometida e organizada em luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora, a partir do momento que se posiciona na realidade pela histórica inserção da profissão no contexto das relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, mediante o estabelecimento de uma realidade repleta de desigualdades sociais.

O Serviço Social se norteia com base em um projeto ético político que utiliza pressupostos historicamente construídos, uma vez que se insere na movimentação da realidade social num contínuo processo de construção e se baseia em fatores consagrados e considerados pela profissão como indispensáveis à vida, principalmente a liberdade.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, que assume essa nomenclatura somente na década passada, se constrói com base na defesa da universalidade do acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais e da democracia, em virtude por um lado da ampliação das funções democráticas do Estado e por outro da pressão de elementos progressistas, emancipatórios (NETTO,1999).

Cabe destacar que não existe uma fórmula de cumprir à primeira vista com as predisposições do Projeto Ético-Político do Serviço Social, visto que esse é uma construção coletiva, depende da maturidade intelectual e política da categoria profissional, também de sua legitimidade junto à mesma, que pode e deve ser vivenciada de forma efetiva em seu exercício profissional.

A sociedade brasileira desde os seus primórdios persiste em ser repleta de discriminações e desigualdades, nesse sentido a atuação dos profissionais demonstra ser de grande importância. É na dinâmica tensa da vida social que pode ocorrer a motivação, a esperança e a possibilidade de defender, aprofundar e consolidar os componentes democráticos e os direitos à cidadania. E, baseado no Projeto Ético-Político, a fim de impulsionar a construção de outro padrão de sociabilidade, regido por valores mais justos, requer-se a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada. (IAMAMOTO, 2009, p. 32).

Nesse sentido, a assistente social deve se efetivar como uma profissional crítica, capaz de realizar uma análise fundamentada da realidade, o que possibilitará avanços em sua atuação, na proporção em que adotar uma postura ético-política para desvendar as demandas que surgem em seu cotidiano de trabalho.

O trabalho da assistente social é permeado por capacidades, limites e possibilidades, visto que é realizado por uma trabalhadora especializada. Dessa forma, o trabalho da assistente social tem por objetivo contribuir para a superação das barreiras impostas pelo capital que visa apenas a exploração da classe trabalhadora. É necessário que a categoria profissional assumam enquanto possibilidade de ampliação de seu trabalho, a efetiva incorporação da teoria social crítica e conseqüentemente a leitura fundamentada da realidade,

a fim de vislumbrar alternativas eficientes para o de enfrentamento das expressões da questão social.

Posto isso, é importante elucidar que a compreensão do Serviço Social enquanto trabalho, inserido da divisão sociotécnica do trabalho, e em processos de trabalho que sofrem os efeitos da precarização social do trabalho, permite compreender as determinações as quais está exposto e condicionado. Tais condições expressam as manifestações de um Estado neoliberal que tanto atinge o profissional de Serviço Social enquanto assalariado integrante da classe trabalhadora precarizada, como trabalhador cujo significado social da profissão impõe relações de poder ditadas pelas forças do capital, o que não invalida seu potencial revolucionário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da observação participante como estagiária de Serviço Social numa instituição privada de saúde, a autora deste trabalho realizou pesquisa bibliográfica a fim de relacionar sua vivência com o referencial teórico, tendo proveito da associação existente entre teoria e prática, questão essa que muitos equivocadamente tendem a desassociar, o que justifica muitas condutas que fogem do Projeto Ético-Político aqui exposto, oriundo de conquistas sociais da profissão, frente ao distanciamento do Serviço Social tradicional conservador.

A vivência no estágio proporcionou algumas impressões sobre como a profissional do Serviço Social é vista em uma unidade de saúde de natureza privada. Percebe-se a assistente social como uma profissional capaz de propiciar “tranquilidade” para a instituição, o que ainda remete ao Serviço Social em sua gênese, como mantenedor da ordem social, nesse sentido sendo relacionado até mesmo ao moralismo. Porém, há profissionais que conseguem no seu espaço ir além do que lhe é imposto, atuando de uma maneira mais ampla, rompendo com a burocratização e rotinização do seu trabalho. Isso é possível quando a assistente social através do conhecimento praxiológico, estabelece uma visão crítica, compreendo o que envolve o Código de Ética e Projeto Ético-Político que engloba a profissão com respaldo jurídico para tanto.

Buscamos através, deste trabalho, considerar os limites e possibilidades inerentes ao cotidiano da profissional do Serviço Social na sua condição de trabalhadora assalariada, sujeita ao caráter destrutivo do sistema capitalista e atuando contraditoriamente neste sentido, ao passo que é contratada pelo capital e tem como principal função atender prioritariamente à classe trabalhadora frente às desigualdades tão reais no cenário atual, como resposta à questão social.

De maneira que esta pesquisa fundamentou-se na discussão sobre o trabalho profissional da assistente social em uma análise empírica pela vivência do estágio e cuidadosamente no que tange ao referencial teórico por ampliar a discussão nesse sentido, na perspectiva de oferecer um debate mais aprofundado acerca da sociedade do trabalho.

Cabe novamente ressaltar que há uma breve discussão sobre a política de saúde de maneira bem sucinta, porque apesar de ser o espaço socio-ocupacional do estágio aqui mencionado como relato de experiência, o principal objetivo deste trabalho consiste na compreensão do Serviço Social como trabalho e seus demais aspectos.

É necessário reconhecer que a concretização do projeto ético-político no trabalho profissional possui muitos limites, principalmente na natureza do espaço sócio-ocupacional

em questão: na saúde privada, existindo uma correlação de forças, no contexto do capitalismo que cada vez mais elucida seu caráter destrutivo, ao passo que ignora os direitos sociais. Nessa perspectiva, a assistente social deve estar atenta à realidade social, por meio de referencial teórico, e por meio disso criar estratégias que facilitem a viabilização do acesso aos bens e serviços, de modo a fortalecer a efetivação do projeto ético-político, este sendo uma conquista profissional, visando eliminar as barreiras e muros existentes.

5. REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. **Currículo mínimo para o curso de Serviço Social** (aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996), Rio de Janeiro, nov. 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15 ed., São Paulo: Cortez, 2011.
- DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. São Paulo: Unesp, 2006.
- BESSION, J. (Org.) **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Editorial UNESP, 1995. 289p.
- BIHR, Alain. **Le prolétariat dans tous ses éclats**. Le Monde Diplomatique, 1990.
- BIHR, Alain. **Du “grand soir” à l’alternative:** le mouvement ouvrier européen en crise. Paris: Les Editions Ouvrières, 1991.
- BOURDIEU, P. **A precariedade está hoje por toda parte**. In: Contrafogos, Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998, p.119-127.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista**. A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **A Política de Saúde no Governo Lula:** algumas reflexões. In: Revista INSCRITA n.9. Brasília: CFESS, 2004.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **A Política de Saúde no Brasil**. In: Mota et.al.(Orgs.) Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política:** Uma Introdução Crítica. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**, 1993.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de saúde**. Brasília: CFESS, 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS**. Brasília, CFESS: 2008. Disponível em: . Acesso em: 01 abril 2017.
- COSTA, G. M. **Aproximação ao Serviço Social como complexo ideológico**. Temporalis, Brasília, ano 1, n. 2, p.95-119, jul./dez. 2000.
- CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social**. 2008.

COMASSETTO, I. **Vivências dos familiares do paciente internado em unidade de terapia intensiva: um estudo fenomenológico.** Dissertação, Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

COUTO, Berenice Rojas. **Formulação de projeto de trabalho profissional.** In: CFESS/ABESS (Orgs.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo - Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça. **A precarização social do trabalho no Brasil: uma proposta de construção de indicadores.** Salvador: CRH/UFBA/CNPq. Projeto de Pesquisa Bolsa Produtividade do CNPq, 2007/2010.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2001.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e ideologia do Trabalho Social.** São Paulo: Cortez, 1981.

FORTI, Valéria & GUERRA, Yolanda. **Na prática a teoria é outra?** In: Serviço Social: Temas, Textos e Contexto. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6 ed., São Paulo: Atlas, 2008, 1987.

GOMES, Luciano e TEIXEIRA, Marlene. **Serviço social e saúde: Formação e trabalho profissional.** Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado.** Rio de Janeiro: Forense, 1982.

HABERMAS, Jurgen. **Toward a rational society.** Londres: Heinemann, 1972.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações,** Campinas. 2.ed. São Paulo: Ed. Alínea, 2003.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LESSA, Sergio. **Trabalho e trabalho abstrato, trabalhador e proletário.** Maceió, 2005.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e trabalho: do que se trata?** Brasília, ano 1, n.2, p.35-58, jul./dez. 2000.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Prefacio a la edición rua de 1882.** In: MARX, Karl; ENGELS, Friederich. Obras escogidas. Madrid: Ayuso, t. I, 1975.

MARX, Karl. **O capital.** Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1971.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

MARX, K. **Capítulo VI inédito de O Capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1985b.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985c.

MÉDA, Dominique. **Società senza lavaro:** Per una nuova filosofia dell' occupazione. Milão: Feltrineli, 1997.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2001.

MTE. Ministério do Trabalho em Emprego. **Agenda Nacional do Trabalho Decente.** Brasília, 2006.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

OFFE, Claus; BERGER, Johannes. **A dinâmica do desenvolvimento do setor de serviços.** Trabalho e Sociedade, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil.** Brasília. Escritório da OIT Brasil, 2006.

PAIVA, B. A. **Reflexões sobre pesquisa e processos de formulação e gestão.** In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo 4. Brasília: UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

POLIGNANO, Marcus Vinícius. **História das políticas de saúde no Brasil:** uma pequena revisão. Cadernos do Internato Rural-Faculdade de Medicina/UFMG, v. 35, 2001.

SAMPAIO, Simone e RODRIGUES, Filipe. **Ética e Sigilo Profissional,** 2014.

RIKFIN, Jeremy. **O fim dos empregos.** São Paulo: Maron Books, 1995.